

**O Eterno Fascínio  
do Florentino**  
**Para uma leitura de Maquiavel**

**EDMUNDO FERNANDES DIAS**

Departamento de Sociologia  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Universidade Estadual de Campinas

**textos Didáticos**

**n° 37 - AGOSTO DE 1999**

## **TEXTOS DIDÁTICOS**

IFCH/UNICAMP

Setor de Publicações

Caixa Postal: 6110

CEP: 13081-970 - Campinas - SP

Tel. (019) 788.1604 788 1603 - Fax: (019) 788.1589

**SOLICITA-SE PERMUTA  
EXCHANGE DESIRED**

**Diretor:** Prof. Dr. Paulo Miceli

**Diretor Associado:** Prof. Dr. Rubem Murilo Leão Rêgo

### **Comissão de Publicações:**

Prof<sup>a</sup> Amneris Angela Maroni - DCP, Prof. Italo A. Tronca - DH, Prof. Márcio Bilharinho Naves - DS, Prof. Oswaldo Giacóia Jr. - DF e Prof. Rubem Murilo Leão Rêgo (Coordenador).

### **Setor de Publicações:**

Marilza A. da Silva, Magali Mendes e Maria das Graças Almeida

### **Gráfica**

Sebastião Rovaris, Marcos J. Pereira, Luiz Antonio dos Santos, Marcílio Cesar de Carvalho, José Carlos Diana e Leontina Marques Segantini.

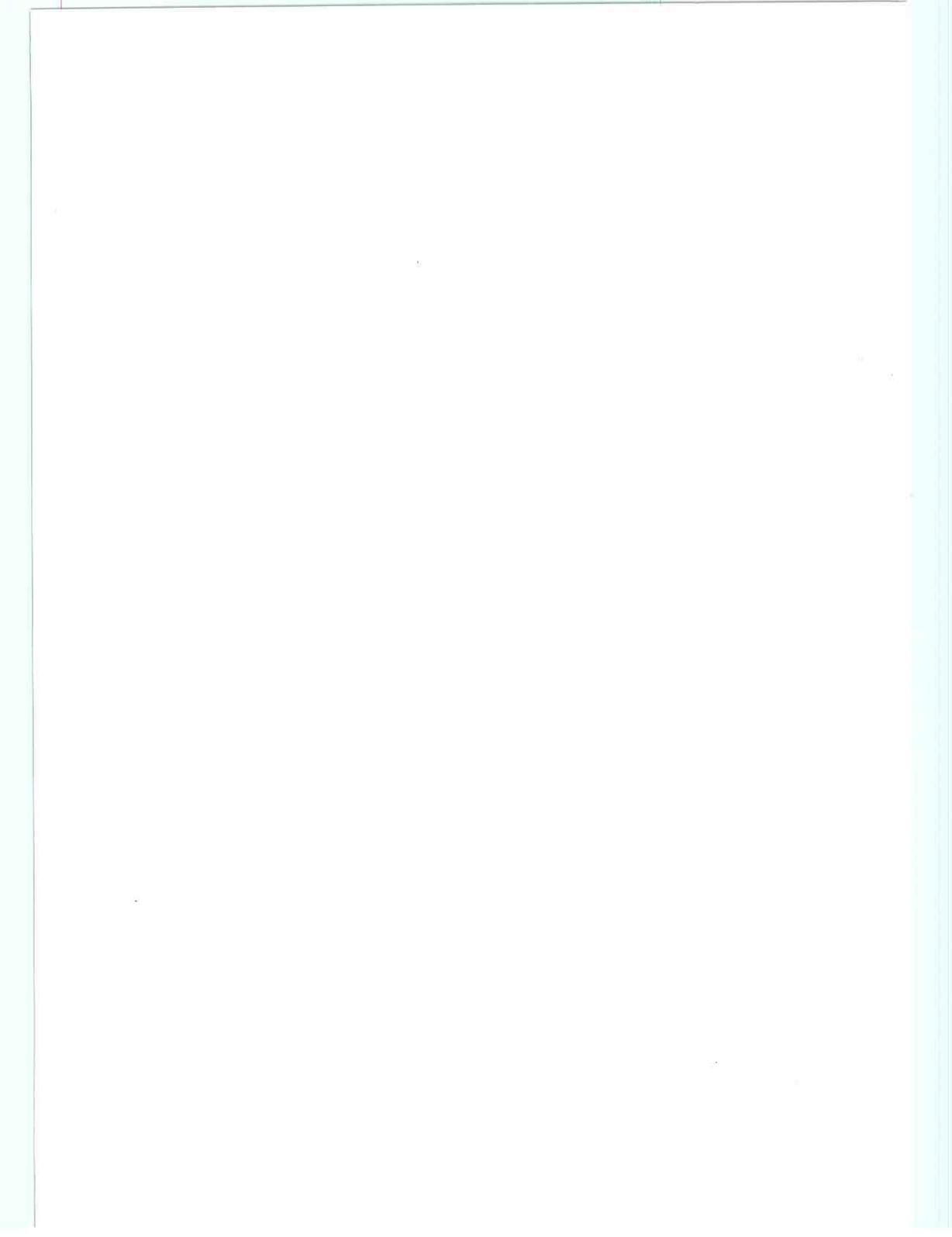
Capa - Composição e Diagramação - Revisão - Impressão

IFCH/UNICAMP

*"Se o problema de identificar teoria e prática se coloca, é neste sentido: de construir sobre uma determinada prática uma teoria que, coincidindo e identificando-se com os elementos decisivos da própria prática, acelere o processo histórico em ato, tornando a prática mais homogênea, coerente, eficiente em todos os seus elementos, isto é, potenciando-a ao máximo; ou, dada uma certa posição teórica, de organizar o elemento prático indispensável para a sua colocação em ação. A identificação de teoria e prática é, um ato crítico, pelo qual a prática é demonstrada racional e necessária ou a teoria realística e racional. Eis porque o problema da identidade de teoria e prática se coloca especialmente em certos momentos históricos ditos de transição, isto é, de mais rápido movimento transforma, quando realmente as forças políticas desencadeadas exigem ser justificadas para serem mais eficientes e expansivas, ou se multiplicam os programas teóricos que exigem serem eles também justificados realisticamente e enquanto demonstrem serem assimiláveis pelos movimentos práticos que só assim se tornam mais práticos e reais."*

Antonio Gramsci

*Quaderni del Carcere*, volume III, p. 1780.



*Aos eruditos, aos pedantes, aos  
falsos sábios  
eu ensino:  
a palavra só fala quando  
emocionada,  
pela visão,  
sintética, ligadora,  
do fato aparentemente sem  
importância,  
ao fato grande,  
do rosto universal dos homens se  
inventando.*

Moacir Felix  
"A fala irritada"  
*Um poeta na cidade e no tempo,*  
Ed. Civilização Brasileira, Rio  
de Janeiro, 1966, p. 46.



## SUMÁRIO

Para iniciar uma conversa.....	9
Nota prévia sobre as edições usadas no texto .....	11
I Parte: Dos trabalhos anteriores a <i>O Príncipe</i> .....	13
Capítulo I: Os primeiros escritos .....	15
Capítulo II: <i>O Rapporto di Cose della Magna</i> .....	31
Capítulo III: <i>Os Ritratti delle Cose di Francia</i> .....	37
II Parte: O Eterno Fascínio do Florentino .....	51
Capítulo I: Considerações metodológicas .....	53
Capítulo II: Conflito, Fortuna, <i>Virtù</i> .....	65
Capítulo III: Da "natureza" dos estados – legitimidade e eficácia .....	73
Capítulo IV: A Unidade Italiana... o X do Problema.....	91



## Para iniciar uma conversa...

Todo livro tem uma história. E imagina ter um público.

No nosso caso a história é simples. Queríamos, desde muito tempo, elaborar um texto que pudesse apresentar uma visão da principal obra de Maquiavel, e que fosse ao mesmo tempo um convite a que se penetrasse na densa, mas finamente elaborada, teoria da política que o Secretário Florentino nos presenteou.

Normalmente, *O Príncipe* nos é apresentado como uma espécie de *vade mecum* do poder. Como aquele que ensinaria a conquistar e manter o poder. Enfim, como um belo assessor de um poder que não recuaria diante de nada: "*os fins justificam os meios*": seria a sua *palavra de ordem*".

Nossa tarefa foi a de mostrar que Maquiavel não se reduz nem a um assessor com boas idéias, nem a um defensor de uma tirania (ainda que esclarecida). Queríamos (e esperamos tê-lo feito) demonstrar que ele é um profundo estudioso da Política e da História como ciências experimentais. Que sua obra é produto da sua intervenção como *militante* da república florentina. Como *militante* que examina a História (passada e atual) para intervir com o máximo de clareza e eficácia na Política do seu tempo.

Na busca dessa eficácia (sintetizada no conceito de *Virtù*) ele irá fazer uma releitura dos textos clássicos (dos *profanos*, não dos "sagrados") e dos documentos modernos, dos principados e repúblicas existentes e/ou desaparecidos. Na busca dessa clareza ele vai trabalhar uma atitude teórica radicalmente nova, produzir uma visão metodológica nova, contrapor-se aos estereótipos e aos interesses vigentes no seu tempo.

Para realizar a política do dia a dia, a do médio e longo prazo, ele irá trabalhar uma imensa diversidade de materiais. E os destinará a resolver não apenas os problemas de Florença. Colocará radicalmente na ordem do dia o problema da unidade italiana. Ainda que republicano, ele sabe que a unidade e a libertação nacionais passam por um poder centralizado, condição *sine qua non* para o seu projeto.

Dissemos acima que todo livro é imaginado para um determinado público. Este está destinado, mas não apenas, aos jovens candidatos a aprendizes de cientistas sociais. Mas também para um público militante que, esperamos, encontre aqui estímulo à formação de um hábito de estudo, leitura e reflexão absolutamente necessário para evitar os vãos cegos que, muitas vezes, somos obrigados a praticar.

Não se trata de um exercício que busque apresentar todas as leituras já feitas sobre o livro. Pelo contrário, mesmo sabendo que isto pode pesar contra nossa tentativa, trata-se de uma leitura pessoal. O confronto com as outras leituras e a imensa bibliografia será tarefa posterior... para uma outra obra.

O livro possuirá duas partes. Na primeira, se fará a tentativa de sistematização da produção política e historiográfica anterior à *O Príncipe*. A segunda tratará da pequena-imensa grande obra do Secretário Florentino que, após 475 anos continua a nos fascinar e a nos ensinar.

## Nota prévia sobre as edições usadas no texto

Na elaboração deste trabalho utilizamos apenas edições dos próprios textos de Maquiavel, a saber

a) em italiano:

Niccolò Machiavelli - *Tutte le opere*, organizada por Mario Martelli, 1971, Sansoni, Firenze.

Niccolò Machiavelli - *Lettere*, organizada por Franco GAETA, 2ª ed., maio de 1981, Giangiacomo Feltrinelli Editore, Milano.

Niccolò Machiavelli - *Il Principe*, com um artigo de Raymond Aron sobre "*Machiavelli e Marx*", cronologia e introdução de Franco Melloti, notas de Ettore Janni e um glossário ideológico, 8ª ed., abril de 1985, Rizzoli Editore, Milano.

Observação: quando não se faz expressa menção de uma edição em particular, no caso de texto em italiano, estamos sempre nos referindo à edição de Mario Martelli.

b) em francês

Machiavel - *Œuvres Complètes*, organizada por Edmond Barinco, com introdução de Jean Giono, 1952, Éditions Gallimard, Paris.

c) em português

Nicolau Maquiavel - *O Príncipe e Escritos Políticos*, Tradução de Livio Xavier, Janeiro de 1973, Abril S. A. Cultural e Industrial, São Paulo.



**I PARTE:**

**Dos Trabalhos Anteriores a**  
***O PRÍNCIPE***

Nesta primeira parte, trataremos dos problemas que Maquiavel analisa entre 1499, data presumível da composição do *Discorso fatto al Magistrato dei Dieci sopra le Cose di Pisa*, até, a elaboração de *O Príncipe* em 1513. Um problema surge de imediato: a possibilidade de uma leitura "teleológica", isto é, feita desde a perspectiva da pequena-grande obra do florentino. Não estaremos lendo-os para concluir que o pensamento do florentino possui uma continuidade e uma coerência exemplares? Pergunta *crucial*, difícil de ser descartada.



# CAPÍTULO 1:

## Os Primeiros Escritos

Começamos pelo *Discorso fatto al Magistrato dei Dieci sopra le Cose di Pisa*, provavelmente redigido em 1499. Ele gira em torno da possibilidade de os florentinos reaverem Pisa, como condição para se manter a paz, e está centrado nos meios para realizá-lo. E estes “me parecem a força ou o amor; como seria recuperá-la pelo assédio ou que ela vos venha às mãos voluntariamente”<sup>1</sup>. A hipótese do amor é descartada por Maquiavel, por isso ser demonstrado pelos “tempos presentes”<sup>2</sup>. Afirma que, embora os habitantes daquela cidade

“(...) destituídos de qualquer força, tendo ficado pequenos e debilíssimos, súditos não aceitos por Milão, separados dos Genovêses, mal vistos pelo pontífice, e pelos Saneses pouco estimados, mantêm-se pertinazes, confiando na vã esperança de outros e na debilidade e desunião vossas: nem nunca, tal é, a sua perfídia, quiseram aceitar qualquer embaixada e aceno vosso”<sup>3</sup>.

E como podem resistir tanto? Isso se deve à cidadania, porque “Pisa não é cidade que permita, de boa vontade, alguém assenhorear-se dela”<sup>4</sup>.

Resta o uso da força, porque mesmo no meio dessa desgraça, não lhes falta ânimo para resistir. Só pela força se fará a reconquista da cidade,

---

<sup>1</sup> A ordem das citações será sempre a seguinte: em 1º cita-se a ed. italiana, depois a brasileira e a francesa. Pp. 3 e 203. Este texto não existe na ed. francesa.

<sup>2</sup> idem.

<sup>3</sup> idem.

<sup>4</sup> pp 3 e 203-204.

salvo se ela pudesse ser concedida por aquele que a possuísse. Mas, duvida disso, pois aquele “ou entrou chamado por eles ou pela força”.<sup>5</sup> Em nenhuma das duas hipóteses o senhor da cidade a cederia por “amor”. Sendo “necessária a força, parece-me que convém considerar se se deve usar delas nestes tempos ou não”.<sup>6</sup> Se ele havia afirmado que o que restava era a força, porque essa pergunta agora? Simplesmente para afirmar que a força pode ser compreendida de outra maneira: “levando a artilharia aos seus muros” pode-se usar a violência do “assédio e fome”.<sup>7</sup>

No *uso do assédio* dever-se-ia considerar a vontade dos habitantes da cidade de Luca, “se (...) estão a ponto de desejar ou de poder considerar que de sua cidade não saiam alimentos para Pisa”<sup>8</sup>, mas ainda se eles quisessem ajudar os de Pisa:

“(...) bastaria somente guardar as praias; e para conseguir tal resultado bastaria apenas manter um acampamento em San Piero in Grado, com a ponte sobre o Arno, mediante a qual vossa gente pudesse estar, a um determinado aviso, na foz do rio Morto ou Serchio”.<sup>9</sup>

Daqui por diante as observações “geopolíticas” se sucederão.

“Mas porque se duvida da vontade dos luqueses e porque também se deve duvidar da vontade de que, quando estes bem o quisessem, não pudessem manter fechada a sua cidade, por ser a cidade que se deve manter à distância e por não terem eles dos seus súditos uma obediência total; pensa-se que querendo assediarem bem a Pisa, não se deve confiar inteiramente que esta ponte seja guardada pelos luqueses”.<sup>10</sup>

É necessário que os florentinos reflitam, visto que esse acampamento por si só não bastaria. Seria necessário construir outros dois: um deles

---

<sup>5</sup> *idem* e p. 203.

<sup>6</sup> *idem* e p. 204.

<sup>7</sup> *idem*.

<sup>8</sup> *idem*.

<sup>9</sup> pp. 3-4 e *idem*.

<sup>10</sup> p. 4 e *idem*.

em Sant'Iacopo e o outro em Beccheria. Considerando a mobilidade das tropas, "esses acampamentos, estando nesse triângulo, manteriam Pisa assediada, embora contra a vontade dos luqueses".<sup>11</sup> Logo após, faz uma consideração "médica": "como em San Piero in Grado o ar, mau (...) se por acaso se devesse manter um acampamento, a tropa adoeceria"<sup>12</sup> A região de Pisa, entre os rios Arno e Tora, é pantanosa e, logo depois, uma "ecônômica": pareceria talvez muito caro "manter os três acampamentos".<sup>13</sup> Maquiavel aconselha, então, a construção de um forte em San Piero: durante tal construção ter-se-ia que manter o acampamento, e assim diminuir-se-iam os acampamentos e a sua despesa seria de apenas um mês. Tais proposições, o forte e os acampamentos, "é a mais aprovada por estes senhores *condottieri* e o têm como mais útil e mais apto para esfomear Pisa".<sup>14</sup>

No entanto, "se não desejásseis tanta despesa",<sup>15</sup> um desses acampamentos deveria ficar em San Piero (com ou sem forte) e o outro, segundo eles, deve ficar em:

"Poggiolo, na ponte Capellese; e porque ele teria de vigiar Casoli e os montes, duvidam alguns que do citado acampamento, Casoli pudesse ser bem vigiada. E por isso seria necessário manter na Verruca duzentos infantess, ou manter quatrocentos em Val di Calci; e construir um forte entre Lucinari e Arno com capacidade para cem homens em guarda, e manter, pelo menos, cinqüenta cavaleiros em Cascina. E este seria o modo de assediar Pisa"<sup>16</sup>,

ainda que inferior, no entanto, ao triângulo de fortes.

Se não se pode dominar Pisa pela fome, a construção dos fortes é desnecessária, pois logo chegará a hora de atacar os muros da cidade,

---

<sup>11</sup> *idem* e p. 205.

<sup>12</sup> *idem*.

<sup>13</sup> *idem*.

<sup>14</sup> *idem*. Grifos nossos e da edição brasileira.

<sup>15</sup> *idem*.

<sup>16</sup> *idem*.

“(…) e assim a despesa com o bastião vem a ser inútil: *se não se têm o ânimo de tentar a força mas de se manter no assédio*, julgam os citados *condottieri* se deva construir o bastião”.<sup>17</sup>

Crêem que, mesmo que se tente a força e não se conquiste Pisa, a construção do bastião não terá sido inútil pois permitirá manter o assédio. Como Pisa não parece fácil de se render pela fome

“(…) porque crêem que eles tenham víveres até a próxima colheita (...) e, pelo seu obstinado ânimo e estando para sofrer muito, não se vê que sofram já há tempo (...) pensam que vós sereis obrigados a tentar a força. (...) que será impossível que vos resistam, tendo vós (...) modos de mantê-los presos possivelmente uns quarenta a cinquenta dias”<sup>18</sup>

e durante todo esse tempo trazer tantos soldados quanto seja possível e “organizar duas baterias, e quanto mais seja necessário para aproximar-se dos muros”.<sup>19</sup> Permitir a saída de quem quiser, “mulheres, crianças, velhos, todos, porque todos são bons para defendê-la”.<sup>20</sup> E assim, os pisões sem defensores só por milagre escapariam.

Vemos, portanto, que Maquiavel fala em “demonstração dos tempos presentes” (*história como laboratório*) na luta desesperada da cidade para manter-se livre, da necessidade ou da oportunidade do uso da força, das despesas daí decorrentes. Quanto aos *condottieri* de Florença, afirma que eles preferem uma guerra de posições, sendo favoráveis aos bastiões. Cercar Pisa e tentar vence-la mais pela fome do que pelo combate. É importante ressaltar que as considerações “geopolíticas” do texto são bastante claras.

\*\*\*\*\*

---

<sup>17</sup> pp. 4 e 205. Grifos nossos.

<sup>18</sup> pp. 5 e 206.

<sup>19</sup> *idem*.

<sup>20</sup> *idem*.

Em *Della Natura dei Francesi*, o *De Natura Gallorum*, redigido em 1500, Maquiavel tenta captar a “natureza” de um povo: seu modo específico de ser. Os franceses são vistos, aqui, como utilitários, cúpidos, mentirosos, levianos, etc.

O florentino ressalta o caráter utilitarista dos franceses. “Estimam tanto a utilidade e o dano presentes que lhes fica pouca lembrança das injúrias e benefícios passados e pouco cuidado do bem e do mal futuros”.<sup>21</sup> E com isso, seguramente, se expõem aos perigos, não se preocupando com a sua reputação, apenas com os proveitos materiais: “são (...) cúpidos de dinheiro”.<sup>22</sup> Continua: “Quem quiser levar um negócio a bom termo na corte, precisa de muito dinheiro, grande diligência e boa fortuna”.<sup>23</sup> O poder do rei é muito forte e um senhor ou gentil-homem não tem outro “remédio senão o de lhe obedecer de qualquer maneira (...) e quando não, fica quatro meses sem aparecer na corte”.<sup>24</sup>

A obediência dos gentis-homens franceses ao rei custa caro: “e isso vos arrebatou Pisa duas vezes: uma quando Entraïgues tinha a cidadela; a outra quando o campo francês nos veio”.<sup>25</sup> Os gascões que, a pedido dos florentinos, tinham vindo para tentar dominar Pisa, sob o comando do Senhor de Beaumont, atuaram desordenadamente e fracassaram. Depois se amotinaram e, com a ajuda dos suíços, prenderam, insultaram e extorquiram do comissário de Florença, Luca degli Albizzi, cerca de 1300 ducados. Tropas mercenárias são perigosas, especialmente as francesas.

Inconstantes, cúpidos, “liberais somente nas audiências”,<sup>26</sup> o que os leva a ser pouco prudentes e maus aliados, pois “quando não te podem fazer bem, to prometem; quando podem fazer, fazem-no com dificuldades ou nunca”.<sup>27</sup> A insolência e a humildade dos franceses dependem apenas da situação em que se encontrem.

---

<sup>21</sup> pp. 53, 181 e 134.

<sup>22</sup> *idem*.

<sup>23</sup> *idem, idem* e p. 135. Na ed. francesa: “*et de bonheur*”.

<sup>24</sup> *idem; idem*; p. 134.

<sup>25</sup> *idem*. Referência à participação dos franceses na luta por Pisa em 1499.

<sup>26</sup> *idem*. Na ed. francesa: “*n'est que de parade*”.

<sup>27</sup> *idem*. Na ed. francesa: “*Quant ils ne sont en mesure de t'obliger*”.

Desta primeira tentativa de captar a “natureza” de um povo deve-se ressaltar: a discussão do caráter mercantil, o poder do monarca e a separação entre a palavra empenhada (a ética) e o fato realizado (a política).

\*\*\*\*\*

Em 1503 surge o *Del Modo di Trattare i popoli delle ValdiChiana ribellati*. Maquiavel começa o texto com uma situação tirada da história romana: a de Lúcio Fúrio Camilo e dos seus problemas de como tratar com os rebelados. Oferece ao Senado alternativas e pede decisões. O Senado, percebendo haver “causa diversa nas cidades e terras rebeladas”<sup>28</sup>, pede a Lúcio relatório individualizado sobre cada cidade. Algumas delas, ouvidas as explicações, foram severamente punidas, para outras foram enviadas colônias, algumas tiveram apenas suas cabeças cortadas e o povo permaneceu com seus direitos.

Só

“os veliternos foram cruelmente castigados, por serem antigos cidadãos romanos e se haverem rebelado muitas vezes; sua cidade foi destruída e mandou-se todos os seus cidadãos que fossem habitar em Roma”.<sup>29</sup>

Princípio sábio: “fizeram julgamento diferente, por ser diferente o pecado daqueles povos”.<sup>30</sup> Princípio tão sábio que deveria ser seguido no caso do vale do Chiana.

A transição entre o julgamento antigo e o moderno é dada em uma história; o florentino diz então ter ouvido:

“(…) dizer que a história é a mestra das nossas ações e máxime a dos príncipes: e o mundo foi sempre, *de certo modo*, habitado por homens que têm tido sempre as mesmas paixões; e sempre existiu

---

<sup>28</sup> pp. 14, 130 e 125.

<sup>29</sup> *idem*.

<sup>30</sup> pp. 15, 131 e 126.

quem serve e quem manda, e quem serve de má vontade e quem serve de bom grado, e quem se rebela e se rende”.<sup>31</sup>

Detenhamo-nos neste texto que parece novo. Embora no texto anterior, sobre Pisa, ele use a história como demonstração (“vo-lo demonstram os tempos presentes), aqui ela não o é mais. Ele remete a uma espécie de recorrência ao longo do tempo: “e o mundo foi sempre”. Recorrência que se baseia em uma “repetição” contínua de situações: “e sempre existiu...”. Estamos diante de uma teoria teleológica da história? Cautelosamente, Maquiavel avança sua defesa: “e o mundo foi sempre, *de certo modo...*”.

O grifo é, obviamente, nosso. Serve para indicar que cometemos uma certa “imprecisão” quando falamos de “repetições de situações”. Na realidade, o que se repetem são relações e não situações. E relações de desigualdade, privilegiadas, que dividem os homens: “sempre existiu quem serve e quem manda”. Observemos a curiosa cadeia de oposições que é, no entanto, articulada por um princípio unificador: “por homens que têm tido sempre as mesmas paixões”. Vista desse ponto, a história pode permitir a análise da realidade.

E a partir daí ele não apenas mostra como se pode fazer a análise da realidade, como insiste: “se é verdade que a história seria a mestra das nossas ações”<sup>32</sup>, devemos usar os seus ensinamentos, ou seja, julgar diferencialmente “pecados” diferentes.

Chama a atenção para a segurança do Estado e condena a decisão dos florentinos quanto aos habitantes de Arezzo, pois não crê poder haver garantia se se

“deixar de pé os muros da cidade, deixar que habitem aí cinco sextos deles, não lhes dar companhia de habitantes que os possam submeter, e não os governar de modo que, nos impedimentos e guerras que vos forem movidas, não tenhais mais que ter

---

<sup>31</sup> pp. 14, 130-131 e 126. Grifos nossos. Na ed. francesa: “*et que ces derniers étaient mis à la raison*”.

<sup>32</sup> pp. 14, 131 e *idem*.

maiores despesas em Arezzo, além da ida deles ao encontro de qualquer inimigo que vos assaltar”.<sup>33</sup>

Adverte então dos perigos dos príncipes que possam atacar Florença e, em especial, o perigo representado por Valentino. E diz que: para que o Duque mantenha os seus estados, jamais levou em alta consideração “amizades italianas, tendo sempre estimado pouco os venezianos, e mesmo a vós”<sup>34</sup>, que o Valentino “pense em tornar-se tão grande Estado na Itália, que o torne seguro por si mesmo, e que faça desejável a sua amizade por um outro potentado”<sup>35</sup>, e a Toscana seria o ideal para consolidar esse grande estado. Acautelai-vos, pois, florentinos.

Como o Bórgia tinha ambição e nunca desejou “concluir coisa alguma” com os florentinos e estes tendo sempre ficado “indecisos quanto ao acordo”<sup>36</sup>, não souberam estes últimos usar os *ensinamentos da História* e agora resta *confiar no tempo*, no imponderável, pois como o Duque tem “pouco tempo em relação à brevidade da vida do pontífice, é necessário que ele use a primeira ocasião que se lhe ofereça e que entregue de sua causa boa parte à sorte”.<sup>37</sup>

Florença depende agora de algo que não pode controlar. E isso porque não soube ver a situação, apesar de que Soderini teria ouvido falar sobre o Valentino e o papa, “que são conhecedores da ocasião, e que a sabem usar muito bem; opinião esta que esta provada pela experiência das coisas conduzidas por ele oportunamente”.<sup>38</sup>

Conhecer (*saber*) a *ocasião* e saber (*fazer*) usá-la. Eis a questão que leva Maquiavel a aceitar a tese da história como mestra das nossas ações.

\*\*\*\*\*

---

<sup>33</sup> pp. 15, 131-132 e *idem*.

<sup>34</sup> *idem*, p. 132 e *idem*.

<sup>35</sup> *idem*; *idem*; pp. 127-128.

<sup>36</sup> *idem*.

<sup>37</sup> pp. 16, 133 e 126.

<sup>38</sup> pp 15, 132-133 e *idem*.

Em 1502, Maquiavel vai à Romagna em embaixada ao Duque Valentino. A finalidade era o contato com o Valentino que, depois da conjuração de La Magione, deseja manter boas relações com Florença, tendo inclusive devolvido aos mercadores florentinos os tecidos confiscados nos seus estados. Tríplice missão. Uma fácil, agradecer a devolução dos tecidos; e as outras mais espinhosas: a de tentar fazer o acordo com o Valentino e pedir-lhe salvo-conduto para os mercadores florentinos nos estados do Duque. Florença autoriza seu secretário a dar todas as garantias de que não apoiará os conjurados, mas recomenda que quanto ao resto “se Sua Excelência procurar saber mais de Ti, cingir-te-ás a informar-nos e esperar a resposta”<sup>39</sup>, conforme dizem suas instruções (*Commissione*). E, do Duque, o florentino recebeu “lições” inesperadas e radicais: tanto de “relações internacionais”, quanto da maneira de resolver “problemas internos”.

Ele diz ter falado ao Duque

“da cisão dos Orsini, da dieta deles e dos seus aderentes, e de como V. Sas. estavam sendo destramente requestados sobre qual lhes seja o ânimo a respeito da amizade que têm pelo rei de França e da devoção que conservam para com a Igreja”,<sup>40</sup>

mas que, apesar disso, Florença não os apoiaria e permaneceria fiel às ações do Duque, “as quais fossem compatíveis com a amizade do rei de França e com a antiga devoção à Igreja, e a afeição que mostraram a Sua Senhoria, tratando como amigos todos os amigos e aliados de França”<sup>41</sup>..

Em conversa, o Valentino mostra a Maquiavel como manejar as diferenças entre os seus inimigos e como evitá-los. E, como exemplo, toma Florença. Mostra como a amizade com Florença só pode ser feita se ela esquecer os Orsini; mais ainda, que gostaria de mostrar amizade com a cidade, o que até agora tinha sido impedido pelas intrigas. E que é chegada a hora, pois se os florentinos se demorassem, ele poderia reatar com os

<sup>39</sup> pp. 401 e 137. Este texto não existe na ed. francesa.

<sup>40</sup> pp. 402 e 139. Carta de 7/10/1502.

<sup>41</sup> .p. 403 e *idem*.

Orsini. A situação de Florença perigaria então, pois os Orsini eram partidários dos Medicis,

“(...) daí pensar ele que V. Sas. devem sem tardança declarar-se seus amigos (do Valentino) ou deles (Orsini), porque adiando-se a decisão pode acontecer que se faça o acordo com dano de V. Sas., ou seguir-se a vitória de uma das partes, a qual se lhes tornaria inimiga ou desobrigada para com V. Sas.”<sup>42</sup>.

Valentino se confessa culpado da perda de Urbino, por descuido ou por excesso de confiança, mas que não tardará, nem terá problemas, para recuperá-la, pois se “trata de um estado débil e mal ordenado e por estarem os seus homens descontentes (...) fatigados”<sup>43</sup>.

Quanto aos problemas “internos”: a Liga de La Magione. A Liga de La Magione reuniu “o cardeal, Pagolo e o Duque de Gravina Orsini, Vitellozo Vitelli, Oliverotto da Fermo Gianpagolo Baglioni, tirano de Perugia e Messer Antonio da Venafro, mandado por Pandolfo Petrucci, chefe de Siena”<sup>44</sup> discute como impedir os avanços do Valentino: decide apoiar os Bentivogli e pedir o apoio dos florentinos. Ora “os povos que sob o domínio do duque não estavam satisfeitos, entre os quais, os urbineses, tiveram esperança de poder renovar as coisas”<sup>45</sup>. Os conjurados de La Magione resolveram então ocupar Urbino, que era do Duque, e renovaram o apelo a Florença. Os florentinos, que odiavam os Vitelli e os Orsini por outros motivos, além de recusarem o auxílio, enviam Maquiavel ao Valentino para oferecer “conselho e auxílio”.

O Bórgia, foi pego de surpresa, “porque, repentinamente e fora de qualquer preocupação sua, tendo-se-lhes tornado inimigos seus próprios soldados, encontrava-se desarmado e com a guerra iminente”<sup>46</sup>. O apoio dos florentinos, e seu talento e inteligência, o retemperam, trata de con-

---

<sup>42</sup> pp. 404 e 141.

<sup>43</sup> *idem, idem*.

<sup>44</sup> pp. 8, 149 e 118.

<sup>45</sup> pp 8, *idem*, 118-119.

<sup>46</sup> pp. 8, 150 e 119.

temporizar e pedir auxílio. Os inimigos avançam e atacam as posições do Duque. Este trata de fazer acordos dizendo que “desejava que fosse deles o que haviam conquistado pelas armas; que lhe bastava o título de príncipe, mas que o principado fosse deles”<sup>47</sup>. Tendo-os convencido, evitou a luta.

Não estava, no entanto, disposto a cumprir o acordo e continuou a reforçar-se, com a precaução de espalhar suas tropas pela Romagna, para que os outros não as vissem. Continuou o trabalho “diplomático” e fez com eles um tratado de

“paz onde se confirmavam as velhas normas. Deu-lhes quatro mil ducados de presente, prometeu não ofender aos Bentivogli e fez amizade com Giovani; e mais: que não os pudesse constanger a ir pessoalmente à sua presença a não ser que assim o quisessem. Por outro lado, eles prometeram restituir-lhe o ducado de Urbino e todas as outras coisas por eles ocupadas, e servi-lo em todas as suas expedições, e sem sua licença não mover guerra ou auxiliar alguém”<sup>48</sup>.

O Valentino em Cesena reuniu-se com os enviados dos Vitelli e dos Orsini para discutir as novas empresas. Fracasso. Oliverotto da Fermo, enviado ao duque para propor a tomada da Toscana ou a de Sinigaglia. Dizendo-se amigo dos florentinos, o duque recusa a Toscana, mas aceita a empresa de Sinigaglia. A cidade, diante da notícia, rende-se, mas o castelão diz que entregará a fortaleza apenas ao duque. Vitelli e Orsini pedem a ele que vá. Valentino aceita, mas pede que os outros o acompanhem pois “ele próprio era homem que queria poder valer-se das armas e do conselho dos amigos”<sup>49</sup>.

Vitellozo vai, após hesitar, convencido por Orsini e “subjugado por meio de favores e de promessas, corrompido pelo duque”, embora “a morte do irmão lhe houvesse ensinado que não se deve ofender um prin-

---

<sup>47</sup> pp. 9, 150 e 120.

<sup>48</sup> p. 9, 151, *idem*

<sup>49</sup> p. 9, 152 e 121.

cipe e depois fiar-se nele”.<sup>50</sup> Põe então o duque suas tropas em movimento. Nesse ponto Maquiavel faz uma consideração geopolítica:

“Fano e Sinigaglia são duas cidades da Marca, situadas na margem do Adriático, distantes uma da outra quinze milhas: de modo que quem vai para Sinigaglia tem à mão direita os montes; as raízes destes às vezes se limitam com o mar, pois deles à água, pequeníssimo o espaço; e onde mais se alargam, não alcançam a distancia de duas milhas. A cidade de Sinigaglia da raiz dos montes afasta-se pouco mais que um tiro de arco e do mar está distante menos de uma milha (...) quem chega próximo a Sinigaglia vem, durante bom espado do caminho, ao longo dos montes.(...) Diante da porta há m burgo de casas com uma praia que a margem do rio bordeja por um dos lados.”<sup>51</sup>

Este era o local. Vitelli e Orsini, e os seus, retiraram suas tropas, deixando, no entanto, as de Oliverotto, para dar lugar às do duque. Vitellozo, Pagolo e o Duque de Gravina recebem-no. Sentindo a ausência de Oliverotto, Valentino faz com que este venha a ter com eles. Prende-os. As tropas de Oliverotto, mais próximas, são massacradas; as dos Orsini e dos Vitelli conseguem fugir. Os chefes são estrangulados: tal foi a sorte de Vitellozo e Oliverotto. Quando o duque soube que seu pai, o papa, havia prendido em Roma ao Cardeal Orsini, ao Arcebispo de Florença e a Messer Iacopo da Santa Croce, manda dar a Pagolo e ao duque de Gravina o mesmo tratamento concedido aos seus antigos aliados Vitellozo e Oliverotto, estrangulando-os, no dia 18 de janeiro, no Castel della Piave.

A lição fora proveitosa: Maquiavel aprendera que era necessário fazer alianças sabiamente, e cumpri-las quando vale a pena, pois o que realmente importa é o poder. E não a moral.

\*\*\*\*\*

---

<sup>50</sup> *idem.*

<sup>51</sup> pp. 10, 152-153 e 122.

Em 1503, Maquiavel se defronta com um novo problema. A situação de Florença é militarmente grave: por um lado o Valentino e por outro Pisa. E não havia recursos para fazer um exército. Eis a origem do seu *Discorso sulla Provvisione del Denario*.

Maquiavel começa o *Discorso* afirmando que todas as cidades, como Florença, “por algum tempo foram governadas por príncipes absolutos, pelos aristocratas ou pelo povo. E a necessidade da defesa delas combinando força e prudência. Uma sem a outra não basta.

“São, pois, essas duas coisas o nervo de todas as senhorias que existiram e existirão no mundo: e quem observou a mutação dos reinos, as ruínas províncias e das cidades, não as viu causada por outra coisa senão pela falta das armas ou de sabedoria”.<sup>52</sup>

Parece-nos ser esta a primeira tentativa de generalização sobre a “política” enquanto ação universal, e nela o florentino fala de duas necessidades: armas e sabedoria. Vai além: a fonte do seu raciocínio foi a observação da “mutação dos reinos”, das “ruínas das províncias e das cidades”.

Sabedoria e armas:

“Dado que vós concedeis que isto possa ser verdade, como é, segue-se necessariamente que deveis querer, na vossa cidade, uma e outra dessas duas coisas; e procurar bem, se elas existem, conservá-las; e se não existem, consegui-las”.<sup>53</sup>

Mas os governantes florentinos não são prudentes. Quando se perdeu Arezzo e outras cidades, depois da reconquista, era de se supor, que os florentinos estivessem “convencidos de que, pelo fato de não ter havido força nem prudência”, eles as tivessem retomado; “e julguei que, como vos tínheis dado lugar à prudência, pela *virtù* (...) devêsseis ainda dar lugar à força”.<sup>54</sup> Mas os florentinos não se convenceram da necessidade das armas e do dinheiro, o que leva Maquiavel a dizer: “persuado-me que

---

<sup>52</sup> *idem*. Na ed. brasileira: “falta de armas ou dinheiro”.

<sup>53</sup> pp. 473 e 211-212.

<sup>54</sup> pp. 11 e 211-212.

Deus não vos castigou ainda a seu modo e que vos reserva para maior flagelo".<sup>55</sup>

O governo florentino padece de incúria: "repito-vos que sem forças as cidades não se mantêm, mas vêm a seu fim; e o fim é a desolação ou a servidão".<sup>56</sup> Não adianta confiar nos aliados de fora, há que contar apenas com suas próprias forças, lição que aprendera com o próprio Bórgia, pois não "há exemplos de senhoria ou república sábia que quisesse manter o seu estado à discrição de outros ou que, se fosse esse o caso, lhe parecesse estar em situação segura".<sup>57</sup> É necessário que a república se arme, inclusive para manter a confiança dos seus súditos "porque os homens não podem nem devem ser fiéis servidores do senhor quem não podem ser defendidos nem castigados".<sup>58</sup>

A necessidade da força armada, condição de legitimação do governante face ao povo, aparece aqui duplamente, como defesa da cidade e como garantia da cidadania.

Aconselha os governantes a sair da sua tranqüilidade, para que pudessem ver os arredores onde apenas existiam inimigos. E como vai a Itália? "vê-la-eis passar da dominação do rei para a dos venezianos, a do Papa e a do Valentino".<sup>59</sup> Do rei de França, para quem os florentinos são o único obstáculo, não se pode esperar ajuda. Assim, a única maneira de mudar a situação "é fazer com que exista tal ordem de forças que, em qualquer deliberação sua, tenha ele que contar convosco"<sup>60</sup>; e desarmados como estais como poderíeis fazê-lo? Mesmo que o rei o quisesse, os florentinos não deviam esperar muito, porque também ele não tem condições para tanto, pois "os tempos não são os mesmos"<sup>61</sup> e nem sempre se pode evitar a ação armada de outrém.

---

<sup>55</sup> *idem* e p. 211.

<sup>56</sup> pp. 11-12 e 212.

<sup>57</sup> p. 12 e *idem*.

<sup>58</sup> *idem*.

<sup>59</sup> pp. 12 e 213.

<sup>60</sup> *idem*.

<sup>61</sup> *idem*.

E os venezianos? E o papa? e o duque? Não há entre Florença e o Duque acordo algum: "porque entre os cidadãos, as leis, os contratos, os pactos obrigam a fé; e entre os senhores, as armas".<sup>62</sup>

Novamente Maquiavel aproveita as lições que aprendera com Bórgia: acordos cumprem-se quando interessa, quando não... recorre-se às armas. Vai mais adiante e mostra a diferença que existe entre o comportamento dos cidadãos (república) e o dos senhores (principados). E essa diferença reside justamente na lei como vínculo entre os homens, como elemento constitutivo da vida social, o que portanto *obriga* os pactuantes. E não simplesmente por que existe o texto escrito, mas como condição mesma da possibilidade da vida social.

Finalmente, relembra, o perigo de 1500, quando Valentino avançou sobre a Romagna, e que, passado o perigo, os governantes florentinos esqueceram os zelos que antes, no horror, haviam tido. E Faenza se perdeu no ano seguinte. Só quando os florentinos sentiram a perda começaram a lamentar-se, sem nada fazer.

"E quando devíeis acusar a vossa incredulidade e obstinação, acusáveis a malícia dos cidadãos e a ambição dos aristocratas; como aqueles que, errando sempre, pretendem nunca haver errado; e quando vêm o sol, não acreditam nunca mais que haja chuva".<sup>63</sup>

Aqui o florentino toca em um problema crucial para todas as repúblicas: a divisão em facções e a mútua acusação pelos erros cometidos, chamando todavia a atenção para o fato de que é necessário evitar o erro em lugar de buscar quem teria errado.

Considera a questão do tempo: as armas do duque podem chegar em oito dias e as dos venezianos em apenas dois. E quanto ao rei, de quem tanto os governantes florentinos esperam? Está em luta contra os "suíços

---

<sup>62</sup> *idem.*

<sup>63</sup> pp. 13 e 214.

na Lombardia e não terminou ainda a sua guerra nem com a Alemanha, nem com a Espanha, e que foi derrotado no reino".<sup>64</sup>

Acusa então de incúria:

"Porque eu vos digo: a *fortuna* não muda de sentença onde não se muda de *ordem*; e nem os céus querem ou podem sustentar uma coisa que queira de qualquer modo arruinar-se. O que eu não posso crer que seja o caso, vendo-vos florentinos livres e estar em vossas mãos a vossa própria liberdade. A esta eu creio que tendes aquele respeito que tem sempre quem nasceu livre e deseja viver livre".<sup>65</sup>

Advertência e exortação patriótica. Contar com as próprias forças: "e nem os céus querem e podem sustentar", "a fortuna não muda de sentença...". Contar com as próprias forças: criar as armas que impeçam a servidão. Exortação e encaminhamento de soluções. *Mudar a ordem. Armarse para permanecer livres.*

Maquiavel aprendeu bem a lição do Valentino. Não confiar nas alianças e criar suas próprias forças; não subestimar o inimigo e sim analisar a situação: a nacional, a peninsular e mesmo a continental; e viu, finalmente, que as disputas internas da cidade, que a avareza daqueles "que, havia seis meses, não tinham querido concorrer com o pagamento de vinte ducados" mudariam a correlação de forças, pois não viram "a vossa atual própria fraqueza nem a variação da fortuna"<sup>66</sup>. Novamente o tema das forças próprias e da "independência da fortuna.

---

<sup>64</sup> pp. 13 e 215.

<sup>65</sup> *idem.* Grifo nosso.

<sup>66</sup> *idem.*

## CAPÍTULO 2:

### *O Rapporto di Cose delle Magna*

As embaixadas vão desempenhar na vida de Maquiavel um papel radical: terá a oportunidade de ver outros países, com instituições e formas de vida diversas, permitindo, assim, a comparação, o contraste com a península italiana.

Ele fará várias embaixadas ao Imperador e ao Rei de França. Das andanças pelo Império resultarão textos importantes: o *Rapporto di Cose della Magna* (17 de junho de 1508), o *Discorso sopra le Cose di Alemagna e sopra l'Imperatore* (de 1509) e um texto fragmentário e inconcluso, que, no entanto, avança novas observações, os *Ritratti delle Cose dell'Alemagna* (1512).

Começemos pelo *Rapporto*. Considerando a possibilidade de o Imperador entrar ou não em luta contra Veneza, Maquiavel diz que as cidades livres alemãs viam “que entravam para uma aliança onde a despesa e o perigo era delas e o lucro de outros”.<sup>67</sup> Comentário que mostra a idéia mercantil como base da análise política. Metáfora, dirão! Mas, ainda que assim fosse, uma metáfora é sempre um sintoma, sempre “indica” algo, *anuncia o que não pode enunciar*. E só assim pode ser inteligível.

Considerando a situação financeira do Imperador comenta:

“Dizem que os seus Estados lhes dão de renda seiscentos mil florins sem requerer qualquer tributo, e cem mil florins lhe vale o ofício imperial. Essa renda é toda sua, e não a tem por necessidade obrigada a nenhuma despesa. Porque em três coisas em que os outros príncipes são obrigados a despender, ele não gasta um

---

<sup>67</sup> pp. 63 e 164. Este texto não existe na ed. francesa.

soldo; não tem gentes de armas, não paga guarnições de fortaleza nem oficiais de terra: porque os gentis homens do pais estão armados às próprias custas; as fortalezas são mantidas pelo pais; e as cidades tem os seus burgomestres, que cuidam delas”.<sup>68</sup>

No mais puro estilo contábil, temos um superávit absoluto.

Continuamos a ver na investigação “econômica” de Maquiavel, uma metáfora, ou, já podemos dizer ser produto de “má leitura”, ou quem sabe mesmo de uma “não leitura”, essa fábula de que ele não pensava o econômico e, por isso, reduzia tudo ao político, tornando assim impossível uma análise concreta do real?

Fala, então, que são grandes os prejuízos da falta de legitimidade do Imperador.

“E notai isto: que das suas freqüentes desordens nascem as suas freqüentes necessidades, e das freqüentes necessidades freqüentes pedidos, e destes as freqüentes Dietas, e do seu pouco critério as fracas resoluções e fraquíssimas executes”.<sup>69</sup>

O esquema é claríssimo: ilegitimidade - gastos/pedidos/pouco crédito (ilegitimidade), eis o circulo vicioso.

“E tanto mais o prejudica esta sua liberalidade, quanto para fazer guerra lhe é necessário mais dinheiro do que a qualquer outro príncipe: porque os seus povos, por serem livres e ricos, não são instados nem pela necessidade nem atraídos por qualquer afeição, mas o servem por determinação de sua comunidade e pelo seu preço”.<sup>70</sup>

Registremos aqui uma importante referência à diferença entre as cidades e os principados: “por determinação da sua comunidade”. Relembremos que ele já havia feito outra referência ao comentar essa diferença entre repúblicas e principados quanto ao cumprimento dos pactos.

---

<sup>68</sup> pp. 64 e 166.

<sup>69</sup> pp. 65 e 167.

<sup>70</sup> *idem* e p. 168.

Voltemos, porém, ao *Rapporto* para fazer duas considerações: a liberalidade o faz gastar mais, e, em segundo lugar, como os seus povos são ricos, só por *bom preço*, e por *determinação da sua comunidade* lutarão por ele. E a metáfora? resiste ainda?

A riqueza dos alemães decorre do fato de viverem “como pobres; porque não edificam, não vestem, nem têm mantimentos em casa, e lhes basta ter pão, e carne em abundância e uma estufa para o frio”.<sup>71</sup> Adequam seu estilo de vida às necessidades:

“e ninguém se importa com aquilo que falta e sim com aquilo que tem de necessário; e as suas necessidades são muito menores que as nossas; e deste costume resulta que não sai dinheiro do seu país e eles estão contentes com o que lá se produz”.<sup>72</sup>

O raciocínio lembra a questão da auto-suficiência nacional. A legitimidade da comunidade é decisiva: “e gozam de vida rústica e livre e não devem ir à guerra se não são bem pagos, e isto também não lhes bastaria se as comunidades não lhes determinassem”.<sup>73</sup> Aqui novamente se sublinha a diferença entre as cidades e os principados: sendo auto-suficientes, não necessitam de mercenários nem sê-lo e, portanto só considerações políticas (da comunidade) os mobilizam. Basta a argumentação sobre a importância do econômico e de sua ligação com o político, e em especial com a questão da legitimidade?

Considerando a

“potência da Alemanha e da sua união, digo que este poder está muito mais nas comunidades do que nos príncipes”<sup>74</sup> mormente nas comunidades francas e imperiais “que são o nervo daquela província (...) pois é sua principal intenção manter a própria liberdade e não conquistar mais império”.<sup>75</sup>

---

<sup>71</sup> *idem.*

<sup>72</sup> *idem*

<sup>73</sup> *idem.* Grifo nosso.

<sup>74</sup> pp. 67 e 170.

<sup>75</sup> *idem* e p. 171.

Ressaltemos que Maquiavel insiste na superioridade do povo.

Acrescente-se a isso o fato de que a reputação do Imperador “advém do fato de ter ele, por sobrinhos, o rei de Castela, o duque da Borgonha e o Conde de Flandres; a aliança que tem com a Inglaterra”<sup>76</sup> coisas que se usadas corretamente lhe dariam êxito na Itália, mas “ele nunca tem dinheiro algum; e o que é pior, não vê aonde o dinheiro vai”.<sup>77</sup>

\*\*\*\*\*

Como já dissemos anteriormente o *Discorso sopra le Cose di Alemagna e sopra l'Imperatore* resume o *Rapporto*. No *Discorso* o florentino torna a insistir nas “qualidades” do Imperador. Ele é pródigo, “o que faz com que sempre tenha necessidade, nem soma alguma exista que lhe baste, em qualquer grau que a fortuna se encontre”.<sup>78</sup> Ele é inconstante, “vário, porque hoje quer uma coisa e amanhã, não; (...) quer as coisas que não pode ter e daquelas que pode ter se afasta, e por isso toma sempre o partido inverso”.<sup>79</sup> Tudo isso não apenas torna difíceis as relações “nacionais” e as “internacionais”, mas também diminui sua legitimidade. Embora seja

“homem belicosíssimo; comanda e conduz bem um exército, com justiça e ordem. Suporta qualquer fadiga, mais do que qualquer outro homem trabalhador; animoso nos perigos: de tal modo que, como capitão, não é inferior a nenhum outro. É humano quando dá audiência, mas as dá quando quer”.<sup>80</sup>

E embora tenha tanta *virtù*, falta-lhe uma série de outras: prudência, resolução parcimônia. É essa carência que lhe retira legitimidade e o deixa sempre em perigo.

---

<sup>76</sup> pp. 65 e 166.

<sup>77</sup> *idem* e p. 167.

<sup>78</sup> p. 68 e 159. Este texto não existe na ed. francesa.

<sup>79</sup> *idem*.

<sup>80</sup> *idem*.

Das legações ao Imperador da Alemanha, faltaria apenas analisar os *Ritratti delle Cose di Alemagna*. Esses *Ritratti*, inacabados, acrescentam apenas considerações sobre as tropas alemãs: suas debilidades e suas qualidades. Tais tropas “são muito bem montadas, mas são pesadas e outrossim são muito bem armadas na parte que usam armar”.<sup>81</sup> Seus homens são valentes, mas seus cavalos tem equipamentos de má qualidade, selas fracas e falta de estribos, não tendo também armadura, o que os faz serem facilmente vulneráveis, e derrubados os seus cavaleiros. Estes do “busto para baixo, isto é, coxas e pernas, não se resguardam em nada”.<sup>82</sup> Isso os torna mais frágeis e não podem combater corpo a corpo, pois facilmente seriam vencidos. Como são pesados, e os equipamentos dos cavalos são débeis, mal se equilibram sobre os animais quando estes se agitam muito.

Quanto à infantaria, esta é ótima, de boa estatura, “mas não se armam, ou pouco, com mais do que lança ou adaga, parecem ser mais ágeis, prestos e leves”.<sup>83</sup> Não usam couraça, porque apenas temem a artilharia, diante da qual as couraças de nada serviriam. “Outras armas não temem, pois afirmam possuir tal ordem, que não é possível entrar entre eles, nem aproximar-se deles quando a lança é longa”.<sup>84</sup> Conclui: “onde não podem manter a ordem da sua milícia, não valem”.<sup>85</sup> E disto “se teve experiência depois que tiveram que se avir com os italianos”.<sup>86</sup>

---

<sup>81</sup> pp. 71 e 175.

<sup>82</sup> *idem.*

<sup>83</sup> *idem.*

<sup>84</sup> *idem.*

<sup>85</sup> *idem.*

<sup>86</sup> *idem.*



## CAPÍTULO 3:

### *Os Ritratti delle cose di Francia*

Nova embaixada à França, em 1510, e dela sai um texto importante: os *Ritratti*, que juntamente com o *Rapporto delle Cose della Magna* (1508) formam as duas grandes análises políticas, a base para a redação de *Il Principe*. Lendo-os e contrastando com o outro texto sobre os franceses,<sup>87</sup> onde praticamente só existiam juízos morais, vemos uma brutal diferença. Agora sim, temos efetivamente uma análise da “natureza” dos franceses; aqui se verá e se falará sobre as instituições, as relações de força entre o monarca, os barões e o povo, a participação da Igreja na vida nacional, a economia, os exércitos, etc.

Começemos pelos personagens: o rei, os barões e o povo. “A coroa e os reis de França são hoje mais poderosos que nunca”.<sup>88</sup> Sendo a sucessão por sangue, na medida em que “o rei não tendo filhos, nem quem o sucedesse na própria herança, os seus haveres e os seus estados ficam para a coroa”.<sup>89</sup> Por outro lado, o princípio de herança na França difere do da Alemanha e mesmo de algumas partes da Itália, pois cabe “sempre aos primogênitos e eles são os verdadeiros herdeiros”<sup>90</sup> donde “hoje os mais ricos e poderosos barões de França são de sangue real e da linha hereditária, de modo que, faltando algum dos superiores e antecedentes seus, a coroa lhes pode ser outorgada”.<sup>91</sup> E não conspiram contra o rei porque em tal caso seriam sumariamente afastados da linha de sucessão.

---

<sup>87</sup> *O Della Natura dei Francesi.*

<sup>88</sup> pp. 55-56, 185 e 135.

<sup>89</sup> pp. 56, *idem* e 136.

<sup>90</sup> pp. 56, 186 e 137.

<sup>91</sup> pp. 56, 186 e 137.

Quanto à receita ordinária da coroa, Maquiavel diz ter interrogado “a muitos e (...) disseram ser tão grande quanto o rei o deseje. (...) gabela (como do pão, do vinho, carne e similares) tem ele um milhão e setecentos escudos”<sup>92</sup>. Há um orçamento para os gastos da casa real. Tem ainda a coroa terras súditas. E delas não tem “outra ordem que a que lhes dá o rei de fazer dinheiro ou pagar impostos”<sup>93</sup>. Aos barões o rei nada tira a não ser a renda “do sal; nem nunca os faz pagar talha senão em alguma grandíssima necessidade”<sup>94</sup>. Retira ainda, normalmente, renda, pois que “todos os officios do reino ou são doados ou vendidos pelo rei, e não por outrém”<sup>95</sup>. Mas há ainda receitas extraordinárias que são conseguidas de dois modos:

“tira-a como talha quando o desejar; e estas rendas se pagam altas ou baixas, como bem parecer ao rei. Mas não bastando, lançam-se empréstimos e raramente se devolvem, e são pedidos por cartas régias, desta maneira:

O rei nosso senhor recomenda-se a vos; e como há falta de dinheiro, vos roga lhe empresteis a soma que contem a carta.’

E esta se paga em mãos do recebedor no lugar.”<sup>96</sup>

Quanto aos barões, “são hoje muito obsequiosos”<sup>97</sup> embora “no passado a França não estava unida devido aos poderosos barões, que tudo ousavam e lhes bastava a vontade para se entregar a qualquer empreendimento contra os reis”<sup>98</sup>. Naquele tempo bastava, a qualquer vizinho, o desejo de fazê-lo “porque sempre havia um duque da Bretanha ou um duque de Guiena, de Borgonha ou de Flandres, que lhe servisse de ajuda, cedia-lhe o passo e o fazia de amigo”<sup>99</sup>. Com a coroa poderosa, os inimigos ficaram mais fracos e menos ousados.

---

<sup>92</sup> pp. 59, 192 e 143.

<sup>93</sup> pp. 60, *idem* e *idem*.

<sup>94</sup> *idem*.

<sup>95</sup> *idem*, pp. 194 e 145.

<sup>96</sup> pp. 59, 192 e 143.

<sup>97</sup> pp. 56, 185 e 136.

<sup>98</sup> *idem*.

<sup>99</sup> *idem*.

“A autoridade dos barões sobre seus súditos é completa. O seu imposto é sobre o pão, o vinho, carne (...) tanto por fogo anualmente, mas não passa de oito soldos por fogo, de três em três meses. Talhas ou empréstimos não podem eles impor sem o consentimento do rei; e isso raramente se consente”.<sup>100</sup>

Quanto ao povo, Maquiavel diz serem pessoas

“humildes e obedientíssimos e têm grande veneração ao seu rei. Vivem com pequena despesa pela abundância dos seus rebanhos: e também cada qual tem qualquer coisa de estável para si mesmo. Vestem grosseiramente e de pano de pouco dispêndio”.<sup>101</sup>

Os cidadãos são todos de condição popular, “homens de ofício” e extremamente submetidos aos nobres, sendo assim abastardados na ação.

Começamos então a ter uma idéia da “natureza” dos franceses, rápido e, ao mesmo tempo, aprofundado exame da “natureza feudal” da França. Consideremos agora a natureza propriamente dita: a geográfica. Maquiavel procede de dois modos: por um lado, analisa-a quanto à riqueza e a produção e, por outro, do ponto de vista “geopolítico”.

No que se refere à possibilidade da produção, a natureza do país

“pela sua grandeza e pela comodidade dos rios é fértil e opulenta; donde os rebanhos e os trabalhos manuais valerem pouco ou nada, pela falta de dinheiro que têm as populações, as quais apenas podem reunir o suficiente para pagar aos seus senhores os impostos, ainda que sejam baixíssimos”.<sup>102</sup>

Consideremos essa afirmativa: a terra é fértil e opulenta; os rebanhos e os trabalhos manuais nada valem. Contradição? Não cremos. Isso decorre da própria produção. Ouçamos o florentino:

“Isto acontece porque não têm onde vender os rebanhos deles; porque todo homem colhe para vender; de maneira que, se em uma cidade houvesse alguém que quisesse vender uma medida

---

<sup>100</sup> pp. 59-60, 192 e 143. Fogo designa casa.

<sup>101</sup> pp. 59, 191 e 142.

<sup>102</sup> pp. 57, 188 e 139.

de grão, não encontraria comprador, porque todos têm grão que vender".<sup>103</sup>

E os nobres? não seriam bons consumidores? Também não, porque

"do dinheiro que recebem dos súditos fora o que gastam em vestir-se, não gastam nada: porque eles próprios têm gado suficiente para consumir, assim como criações de aves, lagos, lugares cheios de caça de toda espécie; (...) De modo que todo dinheiro se concentra nas mãos dos senhores; por isso hoje sua riqueza é grande: e assim, quando os do povo têm um florim, parece-lhes que são ricos".<sup>104</sup>

No que se refere às considerações geopolíticas, a França também é privilegiada. Se o rei da Espanha, p. ex., quiser

"atacar a França, o fará com grande desvantagem: porque do seu Estado, de onde partiria até as bocas dos Pirineus, que penetram no reino de França, é tão longo o caminho e tão estéril que todas as vezes que os franceses visassem aquelas saídas a Perpignan, como as que se dirigem a Guiena, o exército espanhol poderia ser desorganizado, senão pela falta de socorro, ao menos no que diz respeito aos víveres, tendo que caminhar por tão longa estrada; porque as terras que deixam para trás são como inabitadas, devido à sua esterilidade: e as que são habitadas têm apenas o suficiente para a vida dos seus habitantes".<sup>105</sup>

Quanto aos suíços, o terreno é aí tão acidentado que as lanças e cavaleiros mal se movimentam"<sup>106</sup>, o mesmo acontecendo em relação aos italianos aos quais:

---

<sup>103</sup> pp. 57, 188 e 139. Lembremo-nos da caracterização que Marx faz dos camponeses em *O Dezoito Brumário de Luis Bonaparte*. Alí ele salienta o caráter "concorrencial" da produção parcelar, ressaltando assim as dificuldades da constituição dos camponeses como sujeito histórico.

<sup>104</sup> *idem*.

<sup>105</sup> pp. 58, 190 e 141.

<sup>106</sup> p. 59, *idem e idem*.

“(...) não temem, devido aos montes Apeninos, e às grandes cidades que têm nas raízes daqueles; cada vez que alguém quisesse atacar o estado de França, teria que avançar em região tão estéril que seria necessário, ou que se assediasse pela fome ou que se deixasse para trás fortalezas (o que seria loucura), ou que se dispusesse a expugná-las”.<sup>107</sup>

Até aqui examinamos duas naturezas francesas: a dos franceses enquanto povo, nobres e rei e a geográfica. Examinemos agora a das “suas instituições”. A França possui uma burocracia complexa e numerosa, civil e militar. E além disso uma outra, a “espiritual”, que é relativamente independente da vontade do rei.

Examinemos as duas primeiras. A burocracia civil se compõe do grão chanceler, de tesoureiros, senescais, governadores de província, foreiros, alcaide-mor, etc. O Grão Chanceler tem “legítima autoridade”, porque pode condenar e perdoar a seu bel-prazer, mesmo no caso de penas capitais, e pode fazê-lo porque “as graças se fazem por cartas reais, lacradas com o grande sê-lo real: mas ele tem o grande sê-lo”.<sup>108</sup> Tem um Conselho, advogados e gentis-homens “que o acompanham, quando o deseja” e recebe, além dos seus dez mil francos anuais, como se diria hoje, uma verba de representação de onze mil francos para custear os gastos do seu Conselho.

Os tesoureiros, por ordem do rei, pagam os soldados e fazem registrar as despesas. Também ficam com o dinheiro que os generais têm à sua disposição e pagam segundo essa ordem. Os “pensionistas e gentis-homens vão aos generais e fazem com que se lhes dê (...) a apólice do seu pagamento de mês em mês”<sup>109</sup>, indo resgatá-las trimestralmente “ao recebedor da província onde habitam e são logo pagos”.<sup>110</sup> Duzentos são os gentis-homens, cada qual ganhando vinte escudos por mês. Pensionistas são tantos quantos queira o rei, e fazer o orçamento é tarefa difícilíssima: “por

---

<sup>107</sup> *idem*, p. 191 e *idem*.

<sup>108</sup> pp. 60, 193 e 144.

<sup>109</sup> *idem*, p. 192 e *idem*.

<sup>110</sup> *idem*, pp. 192-193 e 143.

*isso aí não há ordem*".<sup>111</sup> O rei de França, além disso, pagava ao da Inglaterra uma soma de cinqüenta mil francos, dívida agora remida.

No momento em que Maquiavel escrevia, falava-se apenas em senescal-mor, espécie de mordomo-mor, podendo existir em maior quantidade; ocorrendo isso, o ofício de senescal-mor "se exerce sobre os homens de armas ordinários e extraordinários; os quais, por dignidade do seu ofício, são obrigados a obedecer-lhe".<sup>112</sup>

O rei nomeia quantos governadores de província queira, pagos como o monarca o deseje, e são nomeados anual ou vitaliciamente, segundo a vontade do rei. E esse mesmo monarca pode designar outros governadores e lugar-tenentes das cidades pequenas. "E deveis saber que todos os ofícios do reino são ou doados ou vendidos pelo rei, e não por outrem".<sup>113</sup>

O rei possui uma guarda: quatrocentos arqueiros, dos quais cem são da Escócia, e cada qual recebe, além do uniforme real, mais trezentos francos cada. Há um Corpo do Rei, guarda permanente, de vinte e quatro homens, cada qual ganhando quatrocentos francos anuais. Há ainda uma guarda - de alemães - de homens a pé. Cem deles recebem doze francos por mês. Podem chegar a ser trezentos com pensão de dez francos, além de dois uniformes - o de verão e o de inverno - por ano.

Existem ainda os foreiros que são os "designados para alojar a corte".<sup>114</sup> São em número de trinta e dois, recebendo, cada qual, trezentos francos. Têm menescais que os ajudam, em número de quatro, cada qual com seiscentos francos de provento. Cada um dos menescais tem tarefa específica: um deles substitui o foreiro se este não está na corte, indo para onde esta for para preparar tudo; outro acompanha a pessoa do rei, outro fica no local onde o rei deve chegar e o último desloca-se para o local onde o monarca estará no dia seguinte.

---

<sup>111</sup> *idem*, pp. 193 e 144. Grifos nossos.

<sup>112</sup> *idem*, *idem* e p. 143.

<sup>113</sup> pp. 60, 194 e 145.

<sup>114</sup> pp. 61, 195 e 146.

Outro personagem dessa complexa burocracia, o alcaide-mor, que sempre acompanha o rei, figura de legítima autoridade, e por onde ele passa, a cidade ou o campo, pode “sofrer sua ação como do próprio lugar-tenente”.<sup>115</sup> Se pune alguém por crime, o culpado sequer pode “apelar para os Paramentos”.<sup>116</sup> Percebe o alcaide-mor seis mil francos de proventos. Seu pessoal se compõe de “dois juizes no cível”, com salários de seiscentos francos anuais, pagos pelo erário real, e “um lugar-tenente no criminal, que tem trinta arqueiros”.<sup>117</sup>

O rei possui ainda oito Mestres da Casa Real, cujo salário varia segundo o desejo do monarca, sendo em média de mil francos. O Grão-Mestre, cuja única autoridade é coordenar os demais, pode chegar a ganhar, como o Senhor de La Palice, onze mil francos. Existem ainda Cavaleiros da Ordem: são vitalícios e em número variável, e só perdem o título por morte, recebendo uma pensão de no máximo quatro mil francos. Juram “defender a Coroa e não se voltar contra ela”.<sup>118</sup>

Camareiros e Senhores do Conselho do Rei são ainda personagens importantes. Os primeiros devem distrair e aconselhar ao rei, tendo acesso aos aposentos reais e gozam de grande reputação no reino. Sua nomeação é uma honraria que o rei faz a alguém, e sua pensão pode chegar a dez mil francos. Possuem dois privilégios: não pagam gabela e, quando estão na corte, “suas despesas são pagas pela mesa dos camareiros, que é a primeira depois da do rei”.<sup>119</sup> Quanto ao Conselho do rei, a pensão varia de acordo com o desejo real, entre seis e oito mil francos. “E, efetivamente... governam tudo”.<sup>120</sup> Afora isso, existem ainda escudeiro-mor, doze escudeiros auxiliares, etc., etc

Examinemos agora a burocracia militar, ou seja, as armas francesas.

---

<sup>115</sup> *idem, idem* e 146.

<sup>116</sup> *idem*.

<sup>117</sup> *idem*.

<sup>118</sup> *idem*, pp. 196 e 147.

<sup>119</sup> pp. 61-62, *idem* e *idem*.

<sup>120</sup> p. 62, *idem* e *idem*.

“As tropas de infantaria que se formam na França não podem ser boas, porque faz muito tempo não têm guerra, e por isso não têm nenhuma experiência. E além disso são todos (...) homens de ofício; e estão de tal maneira submetidos aos nobres e tão abatidos na ação, que são desprezíveis”.<sup>121</sup>

Os gascões “no defender e assaltar fortalezas provam muito bem; mas em campanha dão maus resultados”.<sup>122</sup> Os franceses são “por sua natureza” valentes. Mas não são destros e/ou fortes, bastando assim resistir-lhes e eles desanimam. Tornam-se covardes e é fácil desordená-los. Adoram o conforto: “por isso César disse que no início, os franceses são mais do que homens e, no fim, menos do que mulheres”.<sup>123</sup>

Pequenas serão, para o rei, as despesas militares. Pouco gasta “para guardar as terras, porque os súditos lhes são obsequiosíssimos, e de fortalezas não usa para fazer guardar o reino”.<sup>124</sup> Como vimos a França é privilegiada do ponto de vista “geopolítico”, e o rei terá tempo para prever um grande ataque. Assim ele não precisa manter nos confins acampamentos militares, “porque um ataque em grande escala (...) requer tempo para poder ser feito e organizado”.<sup>125</sup> Os generais franceses podem “tomar tanto por fogo e tanto por talha, com o assentimento do rei; e ordena(m) que as despesas (...) sejam pagas no tempo certo”.<sup>126</sup>

Em tempos de paz, tempos normais, existem quatro guarnições: na Guiena, na Picardia, na Borgonha e na Provença, “e depois se vão mudando e ampliando mais em um lugar que em outro, segundo as suspeitas que se tenham”.<sup>127</sup> Podem ser, no entanto, tantas quanto deseje o rei, permanecer onde ele o queira, ter os infantes e artilharia que queira. E na construção delas o rei nada gasta, pois:

---

<sup>121</sup> pp. 56, 186 e 137.

<sup>122</sup> pp. 56-57, 187 e *idem*.

<sup>123</sup> pp. 57, 188 e 139.

<sup>124</sup> pp. 59, 191 e 142.

<sup>125</sup> *idem*.

<sup>126</sup> pp. 60, 193 e 144.

<sup>127</sup> pp. 61, 194 e 145.

“(…) de há dois anos a esta parte construíram-se muitas em muitos lugares do reino, a expensas das cidades, e isso se conseguiu com o aumentar a renda de um dinheiro por animal ou medida”.<sup>128</sup>

Como são um milhão e setecentas paróquias, outros tantos serão os franco-arqueiros: homens bem pagos, um por paróquia. Têm um bom cavalo e boas armas para acudir ao rei, em caso de guerra, ou por qualquer outro motivo, desde que sejam chamados.

Existe ainda um Almirante da França que comanda todas as esquadras, ganhando dez mil francos de salário, podendo “tomar navios e agir como lhe pareça quanto aos navios da armada”<sup>129</sup>, tendo-as a seu cargo, assim como os portos.

Finalmente chegamos à burocracia espiritual, ou seja, à Igreja. Goza de relativa independência em relação ao monarca, devendo obediência maior ao Papa. Na França, ela é bastante poderosa, chegando a tirar “dois quintos da renda daquele reino”<sup>130</sup>, pois muitos bispados além do poder espiritual têm também poder temporal. Sendo os prelados de “natureza avara”<sup>131</sup>, e tendo o que lhes baste à subsistência “todas as prestações e dinheiros que lhes vão às mãos não lhes saem mais”.<sup>132</sup> Tudo acaba como patrimônio comum e riqueza de ornamentos de igrejas. “Assim, o que possuem as igrejas e o que os prelados têm, em particular, valem tesouros infinitos”.<sup>133</sup>

Mas não é só pela riqueza que ela é forte; também o é por ser parte da burocracia real, no “consultar e governar as coisas da coroa e do estado”.<sup>134</sup> Os nobres quase não interferem, a não ser em questões de guerra porque “quando se deve tratar de coisas semelhantes, possam orientar os

---

<sup>128</sup> pp. 61-62, *idem e idem*.

<sup>129</sup> pp. 61, 196 e 147.

<sup>130</sup> pp. 57, 188 e 159.

<sup>131</sup> *idem*.

<sup>132</sup> *idem*.

<sup>133</sup> pp. 57-58, *idem e idem*.

<sup>134</sup> p. 58, *idem e idem*.

prelados, que não têm prática disso”.<sup>135</sup> Os prelados ordenam, os nobres executam, diz Maquiavel, o que parece ser uma feliz divisão de trabalho, pois, “cada qual se contenta, um com o ordenar, outro com o executar”.<sup>136</sup>

Mantém uma hierarquia própria cabendo a ocupação dos benefícios, os cargos eclesiásticos, ser feita pelos seus colégios “em virtude de pragmática obtida pelos pontífices há muito tempo”.<sup>137</sup> E assim a sucessão é feita internamente e aí há lugar para rusgas e pelejas, mas se:

“(…) o rei quisesse contrariar tal pragmática, elegendo um bispo a seu modo, seria necessário que usasse da força, porque negariam posse a este; e mesmo que sejam a isso obrigados, costumam, morto que seja o rei, desapossar o prelado para dar o benefício a outro, eleito por eles”.<sup>138</sup>

Contabiliza Maquiavel: dezoito arcebispos, cento e vinte e oito os bispos, um milhão e setecentas paróquias, “setecentas e quatro abadias”.<sup>139</sup>

Estado dentro do Estado, essa *nacional-estatal*, é ao mesmo tempo, uma espécie de burocracia *internacional* tendo como chefe o Papa.

Vimos até agora os “personagens” e as “burocracias”. Urge, entretanto, que se dê uma passada d’olhos pelas “instituições” que ainda não foram vistas: os Estados Gerais, os Parlamentos (tribunais) e as Universidades.

Sobre os Estados Gerais, a vontade real é puro arbítrio, pois convoca-os quando quer, podendo fazê-lo “em agosto, em outubro ou em janeiro”<sup>140</sup>, “e se ordenam a despesa e a receita ordinária daquele ano pelas mãos dos generais; e então distribui-se a entrada conforme a saída; e se elevam ou diminuem as pensões e os pensionistas, como agrada ao rei”.<sup>141</sup> Existe uma Câmara de Contas cuja função “é rever as contas de todos

---

<sup>135</sup> pp. 58, 189 e 140.

<sup>136</sup> *idem*, pp. 188-189 e *idem*.

<sup>137</sup> pp. 58, 189 e *idem*.

<sup>138</sup> *idem*.

<sup>139</sup> pp. 59, 192 e *idem*.

<sup>140</sup> pp. 60, 194 e 145.

<sup>141</sup> *idem*.

aqueles que administram dinheiros da coroa; como sejam generais, tesoureiros e recebedores".<sup>142</sup> Todavia, essa Câmara não tem poder sobre o que se paga aos pensionistas, pois isto é da alçada da Coroa.

Maquiavel fala então da existência de cinco Parlamentos (tribunais) "e de nenhum deles se apela".<sup>143</sup> Das Universidades, quatro são as principais: Paris, Orleans, Bourges e Poitiers. Existem dois outros centros de estudo, secundários em importância, em Tours e Angers. Quanto à Universidade de Paris ", paga pelas receitas das fundações dos Colégios, mas magramente".<sup>144</sup>

Para que a etnografia (os *Ritratti*) esteja completa, restaria falar da "natureza dos povos" e dos "perigos para a França".

A "natureza dos franceses", é "ambiciosa do que pertence aos outros, do que juntamente com o seu e o dos outros, é depois pródiga. E assim o francês roubaria alguém e, no mesmo instante, iria gozar a coisa roubada com aquele de quem a roubou"<sup>145</sup>; "são por sua natureza mais valentes que destros (...) também não suportam os aborrecimentos e incômodos";<sup>146</sup> são "humildes e obedientíssimos". Compara-a então com a dos outros povos: no que se refere ao furto, os "espanhóis" são distintos, pois "daquilo que te rouba nunca mais coisa alguma verás"<sup>147</sup>, são eles temíveis por "sua sagacidade e vigilância"<sup>148</sup>. Os suíços tem uma natureza "mais apta à guerra do campo do que de expugnar e defender fortalezas".<sup>149</sup>

Quanto aos perigos: em relação aos barões, a Coroa nada teme, pois os submeteu e é mais poderosa; quanto aos espanhóis, embora devam temê-los por sua "natureza", a geografia defende bem o reino; em relação aos ingleses, estes foram muito temidos pelos franceses por suas antigas

---

<sup>142</sup> *idem.*

<sup>143</sup> *idem.*

<sup>144</sup> *idem.*

<sup>145</sup> pp. 58, 189 e 140.

<sup>146</sup> pp. 59, 187 e 138.

<sup>147</sup> pp. 58, 189 e 140.

<sup>148</sup> p. 58, *idem* e *idem.*

<sup>149</sup> pp. 59, 190 e 141.

façanhas, e, diga-se de passagem que essa “tradição” ainda assusta e ainda os temem pois não distinguem:

“(…) que a França está hoje bem organizada, ao contrário do que era naqueles tempos, (...), está armada, experiente e unida, e tem em seu poder aqueles estados nos quais os ingleses se fundavam (...) os ingleses não são disciplinados, porque há muito tempo não entram em guerra (...);e além disso, falta quem os sustente no continente, salvo o arquiduque”.<sup>150</sup>

As antigas dívidas já foram remidas e, no máximo, há a questão da sucessão. Dos italianos nada temem, não só pelas questões geopolíticas já examinadas, mas e principalmente, “por não haver na Itália príncipe em condições de atacá-los, e por não estar a Itália unida, como acontecia no tempo dos romanos”.<sup>151</sup>

Quanto ao sul, *le Midi*, “não teme (...) por aí ter marinheiros: e naqueles portos há continuamente navios em número bastante, do rei e de outros reinícolas”<sup>152</sup>.

Entre os vizinhos restariam flamengos e suíços. Quanto aos suíços, os franceses os temem “pela sua vizinhança e pelos repentinos ataques que lhes podem fazer”, a “que não é possível, por sua presteza, prover a tempo”<sup>153</sup>. Aqui a geografia ajuda pouco, mas os franceses confiam na “natureza dos suíços” (ver acima).

Quanto aos flamengos, e mormente com estes, não há e nem pode haver problemas. Paz segura à vista entre os dois povos, pois os flamengos “não produzem, devido à fria natureza do país, nem com que viver; e principalmente trigo e vinho”<sup>154</sup>; como os flamengos em uma “natureza” que é a de viver:

---

<sup>150</sup> pp. 58, 189 e 140. Maquiavel refere-se a Carlos d'Áustria, futuro Carlos V.

<sup>151</sup> pp. 59, 191 e 142. Grifo nosso. Colocação da questão e da necessidade da unidade italiana.

<sup>152</sup> p. 59, *idem e idem*.

<sup>153</sup> pp. 58, 190 e 141.

<sup>154</sup> p. 58, *idem e p.141*.

"(...) de trabalhos manuais que vendem nos mercados de França (...) porque do lado do mar, não há onde comerciar, e para o lado da Alemanha, acontece o mesmo, porque têm, esse povo também ditas mercadorias, e até as fabricam mais do que eles. Assim, sempre que deixassem de comerciar com os franceses, não teriam eles onde vender as mercadorias; e assim não somente sofreriam a falta de mantimentos, como também do mercado para o que produzissem"<sup>155</sup>.

Dissemos acima paz segura à vista: não só pela superioridade bélica francesa, mas, e principalmente, porque Flandres pode ser reduzida à inanição: sem alimentos, sem mercado, sem produção = fome. O esquema é muito claro e a inanição poderia ser dupla: por um lado não teriam como alimentar-se, donde não poderiam não teriam como comercializá-la. Por outro lado, os franceses não comprando as mercadorias, ao mesmo tempo que não vendendo alimentos, acabariam com a produção ao mesmo tempo que com os produtores. Donde a guerra entre França e Flandres é um impensável, pelo menos dentro da lógica de Maquiavel.

Brilhante etnologia, desde que saibamos que a data do texto é de 1510, e difícil será encontrar outra análise de um país como a feita por Maquiavel: analisou as instituições, os grupos, a geografia. Esboçou assim os *Ritratti delle Cose di Francia*, nome que certamente deliciaria aos antropólogos.

E depois de tudo isso, quase que como um *post-scriptum*, talvez por cacoete profissional (era diplomata) ou por mera curiosidade, ele informa: "Os arcebispos da Inglaterra são dois. Bispos, vinte e dois. Paróquias, cinquenta e duas mil."<sup>156</sup>

---

<sup>155</sup> *idem.*

<sup>156</sup> pp. 63, 198 e 149.



## II Parte:

### O Eterno Fascínio do Florentino

*"(...) porque a Fortuna fez com que, não sabendo raciocinar nem sobre a arte da seda nem sobre a arte da lã, nem sobre ganhos nem sobre perdas, me seja conveniente raciocinar sobre o estado (...) "*<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> As citações seguem a seguinte ordem: edição italiana, brasileira e francesa. Lettere a Francesco Vettori, 3/4/1513, p. 1131. Esta carta não existe nas edições brasileira e francesa.



## CAPÍTULO 1:

### Considerações Metodológicas

Antônio Cândido, falando sobre os problemas da literatura brasileira, usou uma expressão que reflete bem a carência sentida do pensamento político pré-Maquiavel: *“sente-se falta de uma nova fórmula, curta mas com tónus, músculos críticos mais acentuados”*<sup>2</sup> Essa carência resulta em um problema que o florentino precisara ao afirmar querer *“dar a faculdade de poder, em tempo muito breve, compreender tudo aquilo que, em tantos anos e à custa de tantos incômodos e perigos, conheci e compreendi”*<sup>3</sup>

Marcou assim desde o início uma dupla afirmação, radical para o seu tempo: a realidade pode ser conhecida e, mais importante ainda, só o pode ser porque mantém uma ligação direta com a política. Ligação que não implica em subordinação. Muito pelo contrário. Só engajados podemos conhecer. O saber se dá pela política e não apesar dela. Clarificando: o saber, ligado ao poder indissolivelmente, não é instrumentalização servil, não é mera justificativa ideológica. É condição do poder, de sua organização. Saber e poder coexistem e só assim podem existir.

Essa relação Poder-Saber é, em Maquiavel, uma descoberta radical. Nega a existência da VERDADE como algo estabelecido para todo o sempre: ela é sempre posicionada. Existe objetividade no saber? sem nenhuma ambigüidade: *sim e não*. Sem ambigüidade e sem contradição:

“Nem quero que se repute presunção o fato de que um homem de baixo e ínfimo estado ouse discorrer e discutir sobre o governo

---

<sup>2</sup> Revista Veja, n° 371, 1975, p. 6.

<sup>3</sup> Pp. 257, 9 e 289.

dos príncipes; pois os que desenham os contornos dos países se colocam na planície para considerar a natureza dos montes, e para conhecer a das planícies ascendem aos montes; assim também para conhecer a natureza dos povos é necessário ser príncipe, e para se conhecer a dos príncipes é necessário ser do povo”<sup>4</sup>.

“Curta mas com tónus” essa citação nos coloca diante da questão central.

O que existe são saberes de poderes: um sobre o outro. E cada saber é diferente; pois cada saber só é possível a partir da “natureza” daquele que sabe (que pode). Entendamo-nos bem: são duas “naturezas” distintas e opostas, dois “saberes” distintos e opostos, donde o *SABER*, entendido como verdade supra-histórica, radicalmente impossível, isto é, inexistente.

Em uma última possibilidade de examinar a questão, desde um ponto de vista tradicional, não seria correta a equação “*Saber do príncipe + Saber do povo = Verdade*”? Não, insistimos que não. E por um motivo muito claro: trata-se de objetos distintos. Mesmo que eventualmente esses saberes/poderes se cruzassem, ainda que na condição de aliados, seriam distintos, apesar de ser possível terem a aparência de iguais.

É possível conhecer a realidade. Para que essa proposição seja real, tenha uma eficácia, é preciso que a realidade se mova dentro de uma lógica que é, ao mesmo tempo, de constantes empíricas e situações originais. Não seria nunca uma mesma situação, que se repetiria eternamente, com outros autores, outros atores, mas algo superior: o florentino expõe a realidade sob a forma de análise de conjunturas (situações originais). E essa exposição só é possível, com o rigor e a coerência demonstradas, se se supuser uma outra noção: a de estrutura.

Estamos conscientes da ousadia de afirmar a existência de uma noção de estrutura em um autor do século XVI. Corremos o risco, pois é preciso lembrar que, quando ele fala de “natureza”, não está procedendo de modo algum no sentido medieval (onde só existiria o recurso a Deus e/ou à corrupção/honestidade dos homens), nem mesmo no sentido filosófico,

---

<sup>4</sup> pp. 257, 9-10, 289.

meta-histórico (a liberdade, p. ex.). Lembremos inclusive, que, contrariamente aos costumes “teóricos” de sua época, ele não recorre às Sagradas Escrituras, como ainda o farão Hobbes e Locke. Não recorre aos textos sagrados, mas aos profanos: os dos historiadores. “Há tanta diferença”, afirma, “entre como se vive e como se deveria viver, que quem deixa aquilo que se faz pelo que se deveria fazer, aprende antes a ruína do que a sua preservação”<sup>5</sup>.

Existe uma “ordem das coisas”, uma “variedade da matéria”<sup>6</sup>. É nessa “ordem das coisas” que se deve buscar a explicação da realidade e de como interferir nela. Lembremos que, contrariamente às explicações históricas do seu tempo – heróicas, míticas – sobre as vitórias e as derrotas dos “grandes homens”, Maquiavel, ao comparar as ações de Dario e Alexandre, conclui que suas diferenças não nasceram da “grande ou pequena *virtù* do vencedor, mas da diversidade da matéria”<sup>7</sup>.

Existe uma “ordem das coisas”. E contrariamente ao seu propalado determinismo, os seus “ciclos”, Maquiavel mostra a existência de uma relação entre o evento (conjuntura) e a “natureza” (estrutura). Elas não caminham juntas e fatalmente co-presentes. Existem seguramente diferenças, descompassos. Considerando a atuação de Ciro e Moisés, diz:

“(…) eles não receberam da fortuna mais do que a ocasião para poder amoldar as coisas como melhor lhes aprouve. Sem aquela ocasião a *virtù* do seu ânimo ter-se-ia apagado, e sem aquela *virtù* a ocasião lhes teria sido vã”<sup>8</sup>.

Não basta existir a ocasião, não basta existir a *virtù*. Podem-se cruzar sem se fundir. A *virtù* (eficácia) do político está em ser virtuoso no momento e no lugar certo: a fusão. Isto só será possível se se souber analisar a conjuntura, determinar-lhe a “gravidade”, o peso. Como vimos, Maquia-

---

<sup>5</sup> pp. 280, 69 e 335.

<sup>6</sup> pp. 257, 9 e 289. Na edição francesa o tradutor fala em “*nouveauté de la matière*”.

<sup>7</sup> pp. 263, 25 e 301.

<sup>8</sup> pp. 264, 30 e 304. Na ed. francesa: “*les talents de leur esprit*”.

vel supõe que se pode aprender a “arte do Estado”<sup>9</sup>. *Se se pode fazê-lo, se qualquer pessoa pode fazê-lo, é porque a “ordem das coisas” pode ser decifrada.* Mas conhecer a “ordem das coisas” não significa, de imediato, dominá-la, mas ter a possibilidade real desse domínio. Se saber é poder, o poder desse saber também possui limites.

Limites! Mas, quanto maior nosso saber maior será a possibilidade de limitar o imponderável. O saber é, portanto, um discurso que pode intervir eficazmente na realidade. Trata-se de uma aliança poderosa.

Se existe uma “natureza”, com suas variantes, uma estrutura e suas atualizações (conjunturas), essa “natureza” pode ser captada. O elemento de percepção da realidade é o conflito, a forma pelo qual se apresenta.

Maquiavel contrapõe situações típicas e diversas (repúblicas, principados europeus, principados asiáticos) e procura retirar dessa diversidade os princípios explicativos. *Teoria da diferença, comparativa por excelência, que se recusa a permanecer ao nível da aparência das coisas, ela procura retirar da “natureza das coisas” aquilo que a “experiência ensina”.* Podemos traduzir experiência por história, passada e/ou atual, já que ainda aqui ele inova radicalmente ao ver a História como laboratório.

Trata-se de aprender com “o conhecimento das ações dos grandes homens, apreendido por uma longa experiência das coisas modernas e uma contínua lição das antigas”<sup>10</sup>, ações que passam por determinações como: a diversidade dos povos, a fortuna, a *virtù*. Se nos fosse lícito parodiar Adam Smith, diríamos que *O Príncipe* deveria chamar-se: *Investigação sobre a Natureza e as Causas do Êxito ou da Perda das Nações*.

“A longa experiência...”: a análise de Maquiavel trata de *ler a História e viver o presente* como Política. E esta é a condição necessária para poder pensar uma Teoria da Política como campo autônomo do saber.

Pensar (viver) uma Teoria da Política: eis o projeto. E aqui resulta claro um erro freqüente dos comentadores do seu livro: se a história não muda, se é cíclica, ela só pode ser vista como exemplaridade. Erro induzi-

---

<sup>9</sup> Carta de 10-12-1513 de Maquiavel a Francesco Vettori, pp. 1160, 120 e 1437.

<sup>10</sup> pp. 257, 9 e 289.

do, talvez, pelo próprio autor: “Os homens trilham quase sempre estradas já percorridas”<sup>11</sup>. Contudo, a estrutura da argumentação é sempre precisa e vai em outra direção. O complemento da frase “o conhecimento da ação dos grandes homens” é “por uma longa experiência das *coisas* modernas e uma contínua lição das antigas”<sup>12</sup>. No mesmo sentido: devemos lembrar que a glória de Ciro e Moisés não decorre *apenas* da força ou *virtù*. Decorre também da *fortuna* (daquilo que apenas parcialmente pode ser dominado pela *virtù*). E, por último, mas não menos importante, é preciso ter clareza de que “os homens”, “a fortuna”, “a *virtù*”, são *coisas*, às quais necessariamente temos que recorrer.

Na mesma página, no mesmo parágrafo, a idéia de exemplaridade, pura e simples, vem criticada ao ser afirmada a diferença entre o real e as propostas sobre como viver. A verdade pelo efeito das coisas, a *verità effettuale*, nega a afirmação de que basta conhecer a ação dos grandes homens para saber governar.

Ele vai profanizar o seu discurso. Dessacralizá-lo. Vai deixar de usar os textos sagrados e passar a usar os profanos (dos políticos, dos historiadores). Ele mesmo, na famosa carta a Vettori, comenta como está vivendo e as condições de produção do seu texto:

“(...) penetro na antiga convivência dos grandes homens do passado; por eles acolhido com bondade, nutro-me daquele alimento que é o único que é meu e para o qual nasci. Não me envergonho de falar com eles, e perguntar-lhes a razão de suas ações, e eles humanamente me respondem”<sup>13</sup>.

Maquiavel, como já se vai fazendo rotina, se não inova, pelo menos explicita pela primeira vez a questão da leitura. Ao penetrar na “antiga convivência”, ele o faz para indagar, para “falar com eles” e perguntar-lhes da “razão de suas ações”. Ler, estudar, é inquirir os textos (a “antiga convivência”). “E, como disse Dante, não faz ciência aquele que não guar-

---

<sup>11</sup> pp. 264, 29 e 303.

<sup>12</sup> Pp. 257, 9 e 290.

<sup>13</sup> Pp. 1160, 119 e 1136.

dou o que ouviu, notei aquilo de que pela sua conversação fiz cabedal”<sup>14</sup>. Dessa “convivência”, dessa “conversa”, enfim da investigação, fez “cabedal”: O Príncipe. E, por modéstia ou ironia, o florentino chama a isso “algum capricho meu”<sup>15</sup>. Dizemos ironia porque na mesma frase ele acrescenta: “ (...) este não vos deveria desagradar; e por um príncipe, e máxime um príncipe novo, deveria ser aceito”<sup>16</sup>.

A obra, a reflexão, a construção do discurso passa pela história profana e épica, mas dessa passagem pelas águas turvas ele sabe o caminho das pedras. Sua obra não pode ser confundida com qualquer outra de seu tempo, ainda que outras formalmente reclamem a história como fonte. Não apenas pelo espanto e pelo escândalo causados, pela recusa do medieval mas, principalmente, pela afirmação e radicalização de uma *atitude teórica* que começava a aparecer nas ditas ciências naturais. Sua atitude teórica – a verdade pelo efeito das coisas – se antecipa ao modo de trabalhar daquelas ciências. Lembremos: *O Príncipe* é de 1513. Só anos mais tarde (1543) se publica o *De revolutionibus orbium celestium*, de Copérnico. Teremos de esperar ainda outras quatro décadas (1596) para ver surgir o *Mysterium cosmographicum* de Kepler, e outras quatro (1632) para conhecer o *Diálogo sobre os dois princípios do mundo*, de Galileu Galilei.

Quanto ao escândalo que *O Príncipe* causou, e o perigo que “criou”, basta lembrar os “julgamentos” de Galileu e Bruno. Logo... Como poderia sair dessa sem ser temido e odiado?

Maquiavel era um gênio? um super dotado para antever o caminho da ciência? Claro que não. Mas sabe que está escrevendo e pensando de um modo novo, uma “nova fórmula, curta mas com tónus, músculos críticos mais acentuados”: “eu me determinei abrir um caminho novo, no qual terei certamente incômodos e dificuldades em andar”.<sup>17</sup> Dirá ainda mais:

---

<sup>14</sup> *idem.*

<sup>15</sup> *idem.*

<sup>16</sup> *idem.*

<sup>17</sup> Discursos sobre a primeira década de Tito Livio, Livro Primeiro, Prefácio.

“Como sei que muita gente já escreveu sobre isto, duvido que não seja considerado presunçoso propondo-me a examiná-lo também, tanto mais quanto, não me afastarei grandemente dos princípios estabelecidos pelos outros. Mas, como é meu intento escrever coisa útil para os que a aprendam, pareceu-me mais conveniente ir direto à verdade pelo efeito das coisas, do que pelo que delas se pode imaginar”.<sup>18</sup>

Contraditório o texto? “não me afastarei...”, todavia “pareceu-me mais conveniente...”; não estaria aí um contra-senso lógico, uma contradição nos termos? Cremos que não. Ele não se afasta dos princípios *formais* dos outros: também *leu a história*, também fez um opúsculo clássico, à primeira vista, no sentido de guia para a educação do príncipe. A *novidade* é esta: “pareceu-me mais *conveniente* ir direto à verdade pelo efeito das coisas”. Conveniente para quem? “para os que interessarem” (novamente a questão saber/poder). O saber é necessário para quem tem interesse em exercer o poder, para quem tem a vontade do poder, mormente – e aqui entra novamente o desejo de Maquiavel – para o príncipe que queira libertar a Itália da mão dos bárbaros.

O florentino fez suas obras por querer entender o mundo, querer ser eficaz, não querer falar sobre o mundo a partir dos seus desejos e sonhos. Nunca é demasiado lembrar que O Príncipe é contemporâneo da *Utopia*, de Tomas Morus.

Isso não quer dizer que ele não tivesse seus sonhos e desejos. Mas sabe que sonhos e desejos passam pela ordem das coisas, a variedade das matérias, a natureza dos príncipes, dos grandes e dos povos. Em síntese, pela natureza dos Estados.

Chegamos finalmente ao que consideramos ser o clímax desta nota sobre as condições de produção da obra. O interesse do saber e do poder: saber para que? para quem? Duas questões que se fundem em uma: o livro termina com um capítulo contendo uma “Exortação ao príncipe para livrar a Itália da mão dos bárbaros”.

---

<sup>18</sup> pp. 280, 69 e 335.

Não são poucas, nem insignificantes, as passagens em que Maquiavel aborda o assunto. Elas dão a tessitura do livro, formam o corpo da problemática. O saber aparece como indicador de problemas, como organizador das futuras ações. Ele usa uma curiosa metáfora para tratar do saber: intérprete de sintomas que permite a “cura dos males”. Assim ele usa a medicina, como parâmetro, antes mesmo de a biologia triunfar.

Ironia...? Por que relegar Maquiavel ao plano do “pensamento” político e afirmar que as ciências sociais tornaram-se científicas, no final do século XIX, ao adotar o modelo biológico?

Afirma:

“(…) conhecendo-se os males com antecedência, o que não é dado senão aos homens prudentes, eles são facilmente curados, mas esperando por eles, não há mais remédio, porque a doença tornou-se incurável”.<sup>19</sup>

E continua com a comparação:

“Da tísica dizem os médicos que, no começo do mal, é fácil curar e difícil de conhecer, mas depois com o passar do tempo, senão foi logo reconhecida e medicada, torna-se fácil de conhecer e difícil de curar”.<sup>20</sup>

Aqui o saber aparece como diagnóstico, propiciando uma medicina curativa. Vai mais longe. Vê na “arte do Estado” uma outra forma médica: a preventiva. Diz:

“(…) não só ter cuidado com os escândalos presentes, mas também com os futuros (...) porque prevendo os podemos facilmente remediá-los; mas deixando que tomem conta, não dando remédio a tempo, a doença se torna incurável”.<sup>21</sup>

Insiste: “aquele que em um principado não conhecer os males quando nascem, não é verdadeiramente sábio, e isto é dado a poucos”.<sup>22</sup>

---

<sup>19</sup> pp. 260, 18 e 295.

<sup>20</sup> *idem.*

<sup>21</sup> *idem.*

<sup>22</sup> pp. 278, 63 e 331.

E quem pode conhecer realmente? quem pode perceber os males na origem, e perceber “o veneno que está por baixo”?<sup>23</sup>. Aquele que “é verdadeiramente sábio”, que acha “mais conveniente procurar a verdade pelo efeito das coisas”, que sabe que “a natureza dos povos é vária”. Aquele, finalmente, que é capaz de separar a aparência das coisas, seu aspecto externo, da sua realidade intrínseca, da sua “natureza”.

O trabalho teórico requer algo mais, requer desconfiança, requer uma *nova atitude*, e isto é “dado a poucos”, pois qualquer um “vê o que tu pareces, mas poucos percebem o que és realmente”.<sup>24</sup> Geralmente “os homens julgam mais com os olhos do que com as mãos”<sup>25</sup> e mais: “o vulgo está sempre preso ao que pareces e com o ocorrer das coisas; e o mundo é constituído pelo vulgo”<sup>26</sup>. Desconfiar do aparente, estar atento às conjunturas, estar pronto para examinar a verdade pelo efeito das coisas, significa mudar a maneira de pensar, significa *pensar a história e não informar-se sobre ela*, significa saber que ela não é um fluxo de acontecimentos assemelhados em momentos distintos. Significa, finalmente, saber que os acontecimentos não se repetem, não podem ser iguais.

Podemos, então, afirmar que o que ele fez produziu uma teoria, *estado prático*, da estrutura social. Sabendo ou não, desejando ou não.

Escreveu-a sabendo de suas limitações. Não apenas as do pensador, mas também as do seu próprio campo de análise:

“E, se bem que de todas essas coisas não se possa dar um juízo definitivo se não se examinarem as particularidades daqueles estados (...) falarei contudo de modo amplo tanto quanto a própria matéria o permita”<sup>27</sup>, “porque ela varia segundo o assunto”.<sup>28</sup>

Limitações: toda *forma de pensar* está articulada em um campo conjuntural. Tal campo *marca as condições de produção* da obra. Nessa inserção, ela se vê

---

<sup>23</sup> *idem.*

<sup>24</sup> pp. 284, 81 e 343.

<sup>25</sup> *idem.*

<sup>26</sup> pp 157, *idem, idem.*

<sup>27</sup> pp. 289, 95 e 352.

<sup>28</sup> pp. 290, 95 e 354.

objetivamente condenada a reinscrições e releituras que falam/calam sobre sua voz/ação. A tarefa da forma de pensar anterior é apropriar-se a seu modo do discurso novo. Assim quando se encontra a obra nova, radical, inovadora – no conteúdo e/ou na forma -, essa “leitura” pelo discurso antigo, essa “inscrição do novo no velho”, esse fazer o novo tornar-se inaudível, é o *índice da eficácia* da nova teoria.

Na obra de Maquiavel tal problema é central: dado que o seu discurso privilegia a política e localiza o homem no centro dessa atividade, dado que essa teoria corta com uma tradição que retira do homem a participação política e a deshistoriciza, a naturaliza, a sua crítica passa a ser uma infração a essa naturalidade. Dado, enfim, que na sua obra a ética, e em especial a ética religiosa, é destronada como elemento de explicação do real, essa obra “tem que” ser imoral, anti-natural “para os que se interessarem”: Maquiavel é maquiavélico! Eis tudo.

Não contente em mudar a forma de pensar, ele demonstrou que qualquer saber só é *real*, isto é, *historicamente eficaz*, quando acoplado organicamente a um poder. Sem os “bárbaros” dominando a Itália, sem a múltipla fragmentação da península, sem o desejo da unidade, o principado novo, ou seja, a instituição de uma nova ordem, *genericamente, a instituição da ordem*, não teria sido problema. E *O Príncipe* não teria existido, pelo menos “com tónus, músculos críticos mais acentuados”.

Uma última coisa antes de entrarmos na análise da obra propriamente: o problema da economia. Alguns críticos colocam a questão da ausência da economia como uma lacuna radical. Não nos parece uma crítica razoável. Maquiavel pensa e examina a economia. Não uma Teoria Econômica, que no mínimo só foi organicamente feita por Smith, quem segundo a maioria dos cientistas sociais, teria formalizado a autonomização de uma ciência econômica no seu famoso *An Enquiry into the Nature and Causes of Wealth of Nations* (1776). Isso, se não admitirmos a existência, entre os mercantilistas, de uma teoria econômica (com a obra de Thomas Mun, *England's Treasure by Foreign Trade, Or the Balance of our Foreign Trade is the Rule of our Treasure*, de 1621, ou entre os fisiocratas com o *Tableau économique*, de François Quesnay, de 1758.

Não será então um delicioso e irônico anacronismo, pedirmos que Maquiavel tenha feito algo que, na melhor das hipóteses, só apareceu um século após a sua morte? Mas..., poderiam objetar-nos, na *Utopia*, de Thomas Morus, de 1516, existem considerações de tipo econômico, como a divisão do trabalho, a regulação econômica, chegando até mesmo a estabelecer que bastava trabalhar seis horas por dia para assegurar a prosperidade social. Maquiavel certamente sorriria e... diria: "Há tanta diferença entre como se vive e como se deveria viver..." Esse sorriso, permanentemente apresentado no rosto do florentino pelos biógrafos e retratistas, é mais do que um sorriso: é, como lembraria Althusser, *uma tese*. É uma tese fundamental: "pareceu-me mais conveniente ir direto à verdade pelo efeito das coisas, que imaginá-las".

Já antes de *O Príncipe*, nos defrontamos com análises sobre como o "econômico" condiciona a ação política. Veja-se, p. ex., os *Ritratti delle Cose di Francia* (1510). Maquiavel analisa, como vimos no capítulo anterior, em detalhe toda a "economia" francesa desde a questão orçamentária até as condições naturais da produção. Portanto, não cabe a surpresa pois, a rigor, sequer existe a mencionada lacuna. Que o leitor generoso nos desculpe essa longa digressão. Precisávamos mostrar ainda uma forma de "incompreensão" na leitura (ou será mesmo uma não leitura?) de uma obra que rompe com seu presente teórico.



## CAPÍTULO 2:

### Conflito, Fortuna e *Virtù*

“Todos os estados, todos os domínios que existiram e que existem sobre os homens – foram ou são – ou repúblicas ou principados.”<sup>29</sup> Pensador moderno em campo medieval, Maquiavel começa sua obra mais conhecida com esse enunciado, que mostra a radicalidade do seu projeto. O estado é o domínio sobre os homens. O domínio. A natureza do estado é conflitiva. A idéia do domínio indica sempre a diferença. Mais: a desigualdade. Esta não é mais colocada como ética ou como fatalidade. A desigualdade faz parte do campo da política.

Essa relação de desigualdade pode ser pensada agora, a partir de Maquiavel, como *combinação*. *Fortuna e virtù* podem ser articuladas de diferentes modos e com efeitos distintos. A presença/ausência da força, a organização/desorganização dessa força, a presença da lei, da tradição, da legitimidade, etc., elementos de uma *estrutura da eficácia política*, são condicionadas por uma maior ou menor presença/predomínio da *Fortuna* e da *virtù*.

Maquiavel privilegia a política, e localiza o homem no centro da atividade política e não apenas no centro do discurso. A política é humana, é social e não natural. O grande conflito entre o seu discurso e o discurso medieval se esclarece: se política e sociedade são “naturais”, como quer a tradição, o são enquanto projeções de uma ordem natural-religiosa. Se assim é, a crítica radical ou mesmo uma relativização desses supostos se tor-

---

<sup>29</sup> pp. 258, 11 e 290. Na edição francesa aparece “*seigneuries*”. Contudo o texto italiano é claro: “*Tutti gli stati, tutti e domini...*”

na herética, “perigosa”. A obra do florentino demonstra a irrealidade desses supostos, logo...

Desnaturalizar a vida social e política, socializá-la e, portanto, torná-la “artificial”. Significa colocar o homem como artífice, construtor, no centro dessa vida. A vida social (humana) apresenta daqui por diante um corte em relação à idéia de vida natural (divina). *A vida política é “artificial”, é conflito e não harmonia. Conflito e conjuntura.*

O que ele examina é, tanto em relação aos principados quanto às repúblicas, a presença do conflito no interior da comunidade. *O conflito é então o próprio do homem*, sua “natureza” específica. O *domínio*, ou seja, o exercício do poder político é o *próprio do estado*. E o homem, qualquer que seja a sua posição no interior do estado, é sempre marcado por esse exercício. O poder não é uma força cega que atua por trás da vida social. O poder é uma relação entre os homens.

Nos principados hereditários, a tradição (e sua preservação) funciona mais legitimamente, e a força só é utilizada por ocasião das rupturas; nas repúblicas, a lei, a institucionalização das relações e o exercício continuado da vida legal permitem constituir a vida política sobre a base da cidadania. Principados e Repúblicas têm, pois, “naturezas” distintas.

Mesmo no interior dos principados, podemos examinar as diferenças pelo grau de organização dos elementos componentes da relação, tal como o percebemos no capítulo sobre os reinos de Dario e de França. A relação política é sempre articulação de dois princípios: um dominante (organizado) e outro dominado (amorfo).

No reino de Dario, a relação se dá entre o príncipe (e seus ministros) e a massa servil. Do mesmo modo que na França. *A debilidade ou força dessas relações deve-se à própria combinação dos seus elementos*. Dario não encontrava qualquer obstáculo, nada intervinha com poder entre ele e a massa servil. Na França, no entanto, entre o príncipe e os servos estão os barões (pares do príncipe). Se o exercício monopólico do poder por Dario dificultava sua derrota diante do inimigo, uma vez rompido o seu domínio a massa amorfa – acostumada à falta de liberdade – deixa-se submeter, sem maior resistência, pelo novo imperante. Como na França os pares (os barões) po-

dem ter forças para conseguir o poder e, portanto desejá-lo, vencer ao príncipe será fácil, mas o difícil será instalar uma dominação duradoura, dado que o vencedor logo logo enfrentará o mesmo quadro.

Mudam-se os nomes, mantém-se a relação (“estrutura”). São, portanto, relações de organização de forças, de legitimidade, de *fortuna*, de *virtù*, que demonstram a não aleatoriedade dessas relações. A *combinação* (conjunturas como atualizações estruturais) só pode ser mantida pela manutenção dos termos (as forças). A alteração dos termos, ou pelo menos de algum dentre os demais, altera a combinação e muda a “natureza” do corpo político (a estrutura).

A idéia de domínio marca fundamentalmente, então, três coisas: as posições de desigualdade (forças, poderes), as possibilidades do conflito e de sua resolução. O domínio só pode ser pensado como relação governantes/governados (ambos os termos são, eles também, relações de força e poder). Essa relação é exercida dentro dos limites de uma estrutura de eficácia política. *Tal eficácia tem como limites a fortuna e a virtù.*

Fortuna e *virtù* (equivocadamente traduzida por virtude) não são categorias do campo da religião. No que se refere à *Virtù*, ela não pode ser qualificada no sentido de tenacidade, nem reduzida à idéia religiosa tradicional de virtude. *Virtù*, neste discurso é a possibilidade de *maximização da eficácia*, de ação calculada, pensada. Como o virtuosismo de um instrumentista. A idéia de Fortuna não pode ser reduzida à de acaso, fatalidade, aleatoriedade ou coisas semelhantes. mesmo sabendo que, aqui e ali, o próprio Maquiavel possa dar essa impressão. Na carta a Vettori, já citada, ele diz: “E dado que a fortuna quer fazer todas as coisas, deve-se deixá-la fazer, ficar quieto e não lutar com ela, e esperar o tempo em que ela consinta aos homens fazer qualquer coisa.”<sup>30</sup>

Insiste ainda:

“(…) a fortuna, máxime quando quer engrandecer a um novo príncipe, o qual tem mais necessidade de conquistar reputação

---

<sup>30</sup> pp. 1161, 117 e 1134.

(...) faz-lhe nascer inimigos (...) a fim de que tenha razões para superá-la e subir mais alto”.<sup>31</sup>

Fortuna é mais do que isso: dá conta de um campo do imponderável sobre o qual, apenas parcialmente, a ação humana tem possibilidade de controle. Dá conta do relativo indeterminismo da ação humana, que se move dentro de um conjunto de situações que não pode ser dominado totalmente pela racionalidade do príncipe.

Tudo parece levar a crer que nossa tese está errada... Mas, acompanhemos mais de perto a argumentação. O próprio Maquiavel dedica o cap. XXV a esse problema. Nele será estudado quanto pode a fortuna nas coisas humanas e, de que modo se deve resistir a ela. *Atenção!* Não está aqui uma contradição? se “a fortuna quer fazer todas as coisas”, como é possível perguntar-se “de que modo se deve resistir”? É então possível resistir à fortuna? é ou não é uma fatalidade?

Comentando a tese de que a fortuna tudo domina, opinião “mais acreditada nos nossos tempos”<sup>32</sup>, Maquiavel se diz às vezes “inclinado a aceitá-la”<sup>33</sup>, mas conclui:

“(...) penso ser verdade que a fortuna seja árbitra de metade de nossas ações, mas que, ainda assim, ela nos deixa governar quase a outra metade. Comparo-a a um desses rios impetuosos que, quando se encolerizam, alagam as planícies, destróem as árvores (...). E, se bem que os fatos sejam assim, não resta porém aos homens, quando os tempos se acalmam (...) (senão) tomar providências com reparos e barragens de modo que, em outra cheia, aqueles rios correrão por um canal e seu ímpeto não será tão livre nem tão danoso. Do mesmo modo intervêm a fortuna; ela demonstra o seu poder onde a *virtù* não, ordenada para resistir-lhe, voltando ela seus ímpetos aí para onde não se fizeram diques e reparos para contê-la”.<sup>34</sup>

---

<sup>31</sup> pp. 290, 94-95 e 354.

<sup>32</sup> pp. 295, 109 e 364.

<sup>33</sup> *idem.*

<sup>34</sup> *idem.*

Podemos então limitá-la, construir diques, barragens, canais. Podemos opor-lhe uma “resistência organizada”, podemos opor à “sua violência” outra violência: a da *Virtù*.

Já dissemos que *Virtù* está ligada à possibilidade, à capacidade de análise, de ponderação e reflexão, de encaminhamento de soluções. *Virtù* implica saber distinguir na “ordem das coisas” a “variedade da matéria”. É saber, como Ciro e Moisés, que “não receberam da fortuna mais do que a ocasião”<sup>35</sup>, aproveitá-las, serem virtuosos. Conclui: “sem aquela *virtù* a ocasião lhes teria sido vã”<sup>36</sup>

Com efeito “tais oportunidades, portanto, fizeram felizes a esses homens; e a sua excelente *virtù* fez aquela ocasião ser conhecida”<sup>37</sup>. A *Virtù* levou os romanos a enfrentar os problemas presentes e pensar também nos futuros, remediando-os facilmente.

Está bem claro o que Maquiavel chama de *Virtù*, resistência – os diques, os canais, as barragens – à “violência” do rio impetuoso da Fortuna.

A questão da *Virtù* e da Fortuna se coloca o tempo inteiro no livro, mormente quando está discutindo o seu grande problema prático-teórico: a construção do principado novo. Quando ele discorre sobre a forma de conquista pelas armas, afirma: terão “maior ou menor dificuldade, segundo seja mais ou menos virtuoso quem o adquira”.<sup>38</sup> Hierão de Siracusa não conhecia “da fortuna, senão a ocasião, soube trabalhar”<sup>39</sup> e “foi de tanta *virtù*, mesmo na vida privada, que dele se disse: 'Nada lhe faltava para reinar, exceto o reino'”.<sup>40</sup>

A articulação continua; mas continua sempre com o predomínio ora de uma, ora de outra, mormente predomínio da Fortuna. E isso porque a *Virtù* (é uma “resistência organizada”, um dique) pode conter ou mudar o

---

<sup>35</sup> pp. 264, 30 e 304.

<sup>36</sup> *idem*.

<sup>37</sup> pp. 265, *idem*, *idem*.

<sup>38</sup> pp. 264, 29 e 304.

<sup>39</sup> pp. 265, 31 e 306.

<sup>40</sup> *idem*.

rio tempestuoso. Mas não pode acabar com ele, pois a Fortuna ultrapassa os limites da *Virtù*.

Os homens podem (e devem) ser eficazes, fazer tudo certo, mas o que eles não podem é deter todas as possibilidades dos acontecimentos. Foi o caso de César Bórgia, que “adquiriu o estado com a fortuna do pai e com ela o perdeu, não obstante usasse todos os meios e fizesse todas as coisas que deveria fazer um homem prudente e virtuoso”<sup>41</sup>.

No mesmo sentido diz que os florentinos, no uso das tropas mercenárias, “foram favorecidos pela sorte, pois dos capitães virtuosos a quem poderiam temer, alguns não venceram, outros tiveram oposição, outros dirigiram a sua ambição para outros rumos”<sup>42</sup>.

A história não é fatal, nem pela *Virtù*, nem pela Fortuna.

Se a *Virtù* não pode anular a Fortuna, pode diminuí-la, pode tornar possível a eficácia dos príncipes ou dos povos. Aos romanos, apontados como virtuosos, não “lhes agradava nunca aquilo que está na boca dos sábios do nosso tempo, de gozar do benefício do tempo, mas pelo contrário do da própria *Virtù* e prudência, porque o tempo se esconde por trás de todas as coisas, e pode mudar o bem em mal e o mal em bem”<sup>43</sup>.

Esse tempo pode funcionar como demarcador da Fortuna e da *Virtù*. Se o príncipe, nos bons tempos, confiar na Fortuna, dedicar-se às delícias palacianas, desprezar os exercícios da guerra, fatalmente sempre dependerá dos outros, da fortuna. Àquele, no entanto, que proceder de modo diverso “deve ler as histórias e nelas considerar as ações dos homens excelentes, (...) examinar as razões de suas vitórias e perdas, para poder fugir destas e imitar aquelas”<sup>44</sup>, deve “industriosamente ir formando capital para valer-se dele nas adversidades, (...) para quando mudar a fortuna encontrar-se preparado para resistir-lhes”.<sup>45</sup> Novamente a *Virtù* aparece como “resistência” domínio sobre a Fortuna.

<sup>41</sup> pp. 266, 34 e 307. Na ed. brasileira “e sem esta o perdeu”.

<sup>42</sup> pp. 276, 57 e 326.

<sup>43</sup> pp. 260, 19 e 295-296.

<sup>44</sup> pp. 279, 66 e 334. Grifo nosso.

<sup>45</sup> *idem*, pp. 67 e 334. Grifo nosso.

Os príncipes podem, no entanto, esperar pela Fortuna, e alguns se tornam príncipes “somente pela fortuna”.<sup>46</sup> Estes facilmente obtêm o poder, mas logo o perdem “porque, se não é homem de grande engenho e *virtù*, não é razoável que tendo vivido sempre na vida privada, saiba comandar”.<sup>47</sup> Estarão, portanto, na exclusiva dependência da “vontade e fortuna de quem lhes concedeu (o estado), o que são duas coisas extremamente volúveis e instáveis”<sup>48</sup>

A *Virtù* está na capacidade de análise e de resposta, p. ex., às situações novas, “à grande variação das coisas”. Ao perceber a mudança, será “feliz aquele que combine o seu modo de proceder com a qualidade dos tempos”<sup>49</sup> e infeliz o que proceder de modo contrário.

Voltemos à noção de estrutura, pois como afirma Maquiavel:

“(…) de dois indivíduos cautelosos, um chega ao seu desígnio e o outro não, (…) com dois modos diversos de agir, são um, circunspecto, e o outro, impetuoso, o que não resulta senão da qualidade dos tempos, que se conforma ou não com o procedimento”<sup>50</sup>.

Pensemos essas duas frases: a fortuna e a *Virtù* atuam em um campo que é a “qualidade do tempo” (conjuntura) e é nesse campo que elas se resolvem e decidem do êxito ou do fracasso dos homens.

A *Virtù*, determinada também pela audácia e pela iniciativa, e cabe àquele que quer imperar decidir da iniciativa mesmo quando precisa ou quer conselhos; mas que os tenha ou peça “quando ele entender e não quando os outros quiserem”<sup>51</sup>, pois, como adverte nosso autor, “um príncipe que não seja sábio por si mesmo não pode ser bem aconselhado”. Conclui: “os bons conselhos, de onde quer que provenham, nascem da

---

<sup>46</sup> pp. 265, 33 e 306.

<sup>47</sup> pp. 266, 33 e 307.

<sup>48</sup> *idem*.

<sup>49</sup> pp. 295-296, 110 e 365. Na edição brasileira: “com a particularidade do tempo!”

<sup>50</sup> pp. 296, *idem* e pp. 336. Na edição brasileira: “resulta (…) da natureza particular da época”. Na edição francesa “*ce qui ne provient de la sorte du temps*”.

<sup>51</sup> pp. 294, 106 e 362.

prudência do príncipe e não a prudência do príncipe dos bons conselhos”<sup>52</sup> porque, se assim fosse, ele estaria entregue à fortuna e não estaria exercendo a *Virtù*, pois a “prudência consiste em saber conhecer a qualidade dos inconvenientes e adotar o menos prejudicial como sendo bom”<sup>53</sup>.

Dentro da Fortuna e da *Virtù*, limites da estrutura, movem-se as formas específicas da ação política: a tradição, a força, a lei. Essas formas e seu uso não dependem exclusivamente da ação do imperante. Podemos dizer que são opções determinadas conjuntamente quando o imperante é virtuoso.

A utilização de uma dessas formas depende, portanto, da combinação específica entre Fortuna, *Virtù*, o grau de organização/desorganização dessas forças, e finalmente, o grau de legitimidade/ilegitimidade do imperante. Combinação essa que é, sempre, a conjuntura: a relação das forças em presença.

---

<sup>52</sup> *idem.*

<sup>53</sup> pp. 292, 101 e 359.

## CAPÍTULO 3:

### Da “Natureza” dos Estados: legitimidade e eficácia

Todos os estados tem sua “natureza” de complexa caracterização. Após percorrer o corpo do livro, as formas de classificação vão-se tornando claras. “A diversidade da matéria” é capaz de ser pensada. Em um momento parece que o critério é puramente formal: “foram e são repúblicas ou principados”.

Diferença de nomes ou de realidade? De realidade, certamente. De “natureza” (de estrutura). Que elementos compõem essas estruturas? que elementos fazem com que, p. ex., os principados se diferenciem?

O texto, na sua lógica irreprensível, vai-nos informando sobre esses elementos e sobre as suas articulações. São eles: a “forma da conquista”, a “origem do domínio” e a “organização do domínio (a anterior e a atual)”. Temos então uma tipologia dos domínios: “hereditários, cujo senhor é príncipe pelo sangue, por longo tempo”<sup>54</sup>, ou são novos. Novos, absolutamente novos ou mistos, que “são como membros acrescentados ao Estado hereditário do príncipe que o conquista”<sup>55</sup>.

Isso no que se refere à “origem do domínio”. Vejamos a questão da “organização do domínio”: pois os estados e os povos ou estão “acostumados a viver sob um príncipe, ou acostumados a serem livres”<sup>56</sup>. Final-

---

<sup>54</sup> pp. 258, 11 e 290.

<sup>55</sup> *idem.*

<sup>56</sup> *idem.*

mente, falta colocar a forma da conquista: adquiridos com “as armas de outrém ou com as próprias, ou pela fortuna ou pela *virtù*”<sup>57</sup>.

O primeiro capítulo do livro resume categorialmente o problema. Aqui seguramente se aplica a formulação segundo a qual a ordem de exposição e a de investigação diferem radicalmente. Só tendo concluído a pesquisa, Maquiavel poderia apresentar no início da obra a sua Teoria do Poder, sob a forma de uma tipologia dos domínios.

A combinação desses três elementos (origem, organização e forma) irá definir problemas específicos na manutenção do poder. Considera os reinos europeus e asiáticos, Maquiavel introduz um elemento dependente da questão mais geral da organização do domínio:

“(...) os principados, dos quais se tem memória, foram governados de dois modos diversos: ou por um príncipe e todos os outros servos, os quais como ministros por graça ou por concessão sua ajudam a governar aqueles reinos; ou por um príncipe e por barões, os quais não pela graça do senhor, mas por antigüidade de sangue, tem esse posto”<sup>58</sup>.

Além dos principados, existem também as repúblicas, estados habituados “a viver com suas leis próprias e em liberdade”<sup>59</sup>.

Na questão da “forma de conquista”, ele introduz como elementos classificatórios que nos permitem pensar as diferenças: a “herança” e a “conquista”. Exatamente nesse segundo termo (que revela o problema a ser resolvido por Maquiavel), encontramos uma maior diversidade. Podem ser conquistados: pelas armas (próprias ou não), pela Fortuna ou pela *Virtù*. No cap. VIII, um outro elemento é introduzido por ele quando afirma que podem ser “também por qualquer via celerada ou nefanda” ou “com o favor dos seus concidadãos”<sup>60</sup>. A este último ele chama de principado civil.

---

<sup>57</sup> p. 258, *idem, idem*.

<sup>58</sup> pp. 262, 23 e 299.

<sup>59</sup> pp. 263, 27-28 e 303.

<sup>60</sup> pp. 269, 41 e 313.

Chegando aqui, Maquiavel se defronta com uma dificuldade classificatória: como colocar os principados “eclesiásticos” e o principado do Grão-Turco? A solução é comparativa:

“(...) o reino do Sultão é diferente de todos os outros principados, porque ele é semelhante ao papado, o qual não se pode chamar nem principado hereditário, nem principado novo, posto que não são os filhos do príncipe antigo que se tornam herdeiros e ficam senhores, e sim aquele que é eleito para esse posto por aqueles que têm autoridade. E, sendo esta ordem antiga, não se pode chamar de principado novo; porque naqueles não existem as dificuldades que existem nos novos, pois embora o príncipe seja novo, as ordens do estado são velhas e obrigadas a recebê-lo como se fosse seu senhor hereditário”<sup>61</sup>.

O procedimento comparativo que reuniu os dois tipos de estado não oculta, no entanto, sua diferença. Enquanto o Grão-Turco, ou mesmo o Sultão do Egito, “estando na mão dos soldados, convêm que mesmo ele, sem o respeito dos povos, mantenha-os amigos”<sup>62</sup>, o papado, embora conquistado pela Fortuna e pela *Virtù*, mantêm-se sem qualquer das duas, porque é sustentado “pela antigüidade das ordens da religião”<sup>63</sup>.

Insiste Maquiavel:

“(...) suas ordens são tão fortes e de tal qualidade que sustentam os seus príncipes no estado, vivam e procedam eles como bem entenderem. Possuem estados e não os defendem; súditos e não os governam. E os seus estados, apesar de indefesos, não lhes serão arrebatados; e os súditos, embora não sejam governados, não se preocupam com isso, nem pensam, nem podem afastar-se dele. Somente esses principados, portanto, são seguros e felizes.”<sup>64</sup>

Como já vimos, os elementos estruturais das formas de domínio (principados ou repúblicas) determinam nas suas múltiplas combinações

---

<sup>61</sup> pp. 288-289, 90-91 e 353.

<sup>62</sup> pp. 288, 90 e *idem*.

<sup>63</sup> pp. 274, 51 e 322. Na edição brasileira: “pela rotina”.

<sup>64</sup> pp. 273-274, *idem e idem*.

o exercício empírico do poder. A última citação coloca-nos diante de um problema central desse exercício empírico: da eficácia, e, no seguimento desta, a questão da legitimidade (produto e produtora da própria eficácia).

Antes de entrarmos na questão da legitimidade, deveríamos falar sobre os “indivíduos” que vivem na sociedade: os grandes e o povo, pois é a partir desses indivíduos, possuidores de uma natureza específica que os caracteriza, que poderemos colocar a questão das alianças, chave por sua vez do conceito de eficácia:

“É que em todas as cidades se encontram estes dois humores diversos e isto nasce de que o povo não deseja ser comandado nem oprimido pelos grandes, e estes desejam comandar e oprimir o povo”.<sup>65</sup>

Eis a diferença radical: a *resistência à opressão* (do povo) e a *necessidade de oprimir* (dos grandes). Essa diferença vai ser fundamental para perceber-se o porquê das alianças do príncipe, aos quais Maquiavel recomenda, quase sempre, a aliança com o povo. Essa organização de forças está na base da legitimidade.

Por que o povo? Entre outros motivos porque o povo, não desejando ser oprimido, isto lhe facilitaria fazer a aliança contra os grandes. E depois, porque os grandes, na medida em que necessitam oprimir, “mais rápido espoliaram que governavam os seus súditos, dando-lhes motivos de desunião e não de união”<sup>66</sup>.

Quando ele fala dos principados mistos, aconselha ao príncipe ir habitar o novo território, porque assim, “a província conquistada não será espoliada pelos teus oficiais”<sup>67</sup>; não sendo o povo espoliado, “os súditos ficarão satisfeitos com o recurso mais fácil ao príncipe: assim, terão maiores razões de amá-lo, (...) ou de temê-lo”<sup>68</sup>.

---

<sup>65</sup> pp. 271, 45 e 317. Na edição brasileira: “duas tendências diversas”.

<sup>66</sup> pp. 267, 36 e 309.

<sup>67</sup> pp. 259, 16 e 293.

<sup>68</sup> *idem*, pp. 16-17 e *idem*.

Ainda nessa discussão, Maquiavel aconselha a fundação de colônias nos novos territórios, ao invés de enviar forças armadas. No caso das colônias, de sua constituição, poucos serão os prejudicados – “aqueles a quem se tomam os campos e as casas para dá-las aos novos habitantes”<sup>69</sup>. - dispersos, reduzidos à pobreza e minoria no estado. Do outro lado todos “os outros (...) que não foram ofendidos deverão aquietar-se”<sup>70</sup>. Mas, se ao invés de se decidir mandar tropas:

“(...) gasta-se muito mais e tem de ser despendida nelas todas as receitas daquele estado, de tal modo que a conquista se torna perda, e ofende muito mais (...). Estes incômodos, todos os sentem, e todos se tornam inimigos”<sup>71</sup>.

Com novos territórios diferentes em tudo do principado hereditário, “faça-se o príncipe chefe e defensor dos vizinhos mais fracos, e trate de enfraquecer os poderosos”<sup>72</sup>. Ainda essa mesma necessidade de resistir aos grandes leva o povo a dar “reputação a um dos seus e elege-lo príncipe para viver sob sua proteção”<sup>73</sup>: é o caso do principado civil.

E por que deve o príncipe temer os grandes? Porque “não se pode honestamente satisfazer aos grandes sem injúria para os outros”<sup>74</sup> e deve-se temer sua inimizade: “não deve temer só que o abandonem, como também que o combatam”<sup>75</sup>. Não deve, portanto, o príncipe “reduzir os grandes ao desespero”<sup>76</sup>.

A legitimidade do poder está ligada às alianças que consiga fazer, à organização das suas forças e à desorganização das forças dos outros. Este problema, como todos os demais já tratados, não é todavia aleatório, mesmo que a Fortuna se apresente.

---

<sup>69</sup> *idem*, pp. 17 e 293.

<sup>70</sup> *idem, idem* e pp. 293-294.

<sup>71</sup> pp. 259-260, *idem* e pp. 294.

<sup>72</sup> pp. 260, *idem, idem*.

<sup>73</sup> pp 271, 45 e 317.

<sup>74</sup> *idem*.

<sup>75</sup> *idem*, pp. 46 e 318.

<sup>76</sup> pp. 285, 85 e 346.

Essa legitimidade se dará assim de modo diferente nas repúblicas e nos principados, lembrando sempre que são “naturezas” distintas. Essas diferenças existirão também nos principados. As articulações daquilo que chamamos os elementos da estrutura, do domínio (a origem, a organização e a forma da conquista), determinam em ultima análise a legitimidade das alianças.

No caso dos principados hereditários, “cujo senhor ‘é príncipe pelo sangue, por longo tempo”<sup>77</sup>, a legitimidade é dada pela “antigüidade e continuação do domínio”<sup>78</sup>. Habitados dessa forma, “afeiçoados à família do príncipe, são bem menores as dificuldades de mantê-los (...) pois basta somente que não abandone a praxe dos antecessores”<sup>79</sup> e que o príncipe tenha “engenho ordinário”<sup>80</sup>.

Seus únicos problemas: ou “uma força extraordinária e excessiva”<sup>81</sup> exterior a ele, ou a introdução de novidades. Estas últimas acabam sendo neutralizadas pelo prolongado exercício do domínio. Não haverá maiores problemas e, portanto, “têm menores razões e menor necessidade de ofender”<sup>82</sup> aos seus súditos.

Os principados mistos têm problemas mais sérios: são a reunião de um antigo reino (hereditário) com um novo “membro”. A recente conquista cria problemas pela “necessidade natural e ordinária a qual faz com que sempre se necessite ofender”<sup>83</sup> os novos súditos.

Se a nova província tem “línguas, costumes e leis diferentes, aqui estão as dificuldades”<sup>84</sup>. Maiores serão as facilidades se ocorrer o contrário. Se os novos súditos estão acostumados a serem livres, teremos dificuldades; se habituados à obediência, não haverá maiores problemas.

---

<sup>77</sup> pp. 258, 11 e 291.

<sup>78</sup> *idem*, pp. 13 e *idem*.

<sup>79</sup> *idem*.

<sup>80</sup> *idem*.

<sup>81</sup> *idem*.

<sup>82</sup> *idem*.

<sup>83</sup> *idem*, p. 15 e *idem*.

<sup>84</sup> pp. 259, 16 e 293. Na edição brasileira: “começam então”.

Se não eram livres, basta substituir o antigo poder, fazer:

“(…) desaparecer a linha do príncipe que os dominava, pois mantendo-se nas outras coisas as condições antigas, e não havendo disparidades de costumes, os homens vivem calmamente”<sup>85</sup>.

Não deve haver inovações. No caso de as línguas, os costumes e as leis serem diferentes: ou o príncipe vai habitar os novos territórios, e com isso evita a rapinagem, vê o nascimento das desordens e as pode impedir, ou mandar colônias ou então optar pela intervenção armada – o que apenas lhe trará problemas.

Deve evitar que os poderosos internos e externos ganhem força, e aqui a *Virtù* se faz bastante necessária. Os romanos optaram pelas colônias; além disso, “entretiveram os menos poderosos, sem aumentar-lhes a força, rebaixaram os poderosos, e não deixaram que estrangeiros poderosos fizessem reputação”<sup>86</sup>.

Outra consideração importante é a escolha dos ministros. Estes, como vimos, ou são servos que exercem o ministério “por graça e concessão” do senhor, ou são barões cuja fonte de poder independe relativamente do senhor. No caso dos barões, eles terão força própria para derrubar o monarca, enquanto que no outro caso o senhor tem “mais autoridade, porque em toda a sua província não há quem seja reconhecido como superior a ele”<sup>87</sup>.

O problema das cidades e dos principados habituados à liberdade é totalmente outro. Para o conquistador de uma cidade livre, “o caminho mais seguro é destruí-la ou ir habitá-la”<sup>88</sup>. O que ele não poderá é deixá-la “viver com suas leis”<sup>89</sup>, porque ela sempre terá “por refúgio, nas rebeliões, o nome da liberdade e suas antigas leis, que não esquecem nunca, nem com o correr do tempo, nem pelos benefícios recebidos”<sup>90</sup> pois, “nas repú-

---

<sup>85</sup> *idem, idem* e pp. 292.

<sup>86</sup> pp. 260, 18 e 295.

<sup>87</sup> pp. 262, 23 e 299.

<sup>88</sup> pp. 264, 28 e 303.

<sup>89</sup> pp. 263, 27 e 302.

<sup>90</sup> pp. 264, 28 e 302.

blicas, há mais vida, mais ódio, mais desejo de vingança"<sup>91</sup>. Ou se destrói totalmente, ou se vai para lá, e apaga-se qualquer liberdade anterior. Melhor seria destruir pois, nesse caso, não há como obter a legitimidade.

Encontramos aqui esboçada, em estado prático, uma teoria da "ideologia"; permitam-nos esta nova ousadia! O "nome da liberdade", "suas antigas leis", etc., etc., para além de tudo o que já foi falado sobre a questão das alianças – que não são aleatórias, no seu sentido geral – nos permitem afirmar que Maquiavel tem "clareza", sobre a eficácia das idéias na luta política.

O problema do principado novo é o da constituição "das novas leis e costumes que são forçados a introduzir"<sup>92</sup>, pois:

"(...) não há coisa mais difícil de tratar, nem mais difícil de ter êxito, nem mais perigoso de manejar do que o estabelecimento de novas leis"<sup>93</sup>. Os beneficiados pelas antigas leis são, desde já, inimigos ferrenhos, e os da nova ainda não sabem se podem confiar, pois os homens "não acreditam na verdade das coisas novas se não nascem de uma firme experiência."<sup>94</sup>

Trocando em miúdos: o "antigo" já era, e o "novo" ainda não é. Se o príncipe tiver que inovar, que dependa apenas de suas próprias forças, pois "todos os profetas armados venceram e os desarmados fracassaram"<sup>95</sup>. Tendo o príncipe que recorrer à força, cometer maldades e crueldades, que o faça bem:

"As injúrias devem ser feitas todas de uma vez, a fim de que, tornando-se-lhes menos o gosto, ofenda menos. E os benefícios devem ser feitos pouco a pouco, para que sejam melhor saboreados"<sup>96</sup>.

---

<sup>91</sup> *idem, idem* e pp. 303.

<sup>92</sup> pp. 265, 30 e 305.

<sup>93</sup> *idem*.

<sup>94</sup> *idem*.

<sup>95</sup> pp. 265, 31 e 305.

<sup>96</sup> pp. 271, 44 e 316.

Se se tiver que punir, que se faça de modo a evitar a repetição do castigo, na medida em que quanto mais se castiga, este fica cada vez menos eficaz e mais marcado na memória permanecerá. O benefício, ao contrário, deve ser feito e refeito, na medida do possível, e espaçadamente, para que fique na memória. E para que, assim ocorrendo, acabe por diminuir ou apagar a memória dos males praticados,

O principado civil, aquele que é constituído pela vontade dos cidadãos, é o que suscita mais de imediato o problema das alianças. Quem se elege pelos poderosos “se mantém com maior dificuldade (...) não pode comandar nem manejar como entender”<sup>97</sup> e, como já dissemos, não poderá satisfazer a todos os grandes, e com isso os dispõe contra si. Já no caso da eleição pelo povo, haverá mais facilidade porque normalmente essa eleição se faz como forma de defesa em relação aos grandes.

Além disso, “o objetivo do povo é mais honesto que o dos grandes (...) não ser oprimido”<sup>98</sup>. Mas se se volta contra os pequenos, há de temer sua hostilidade contra a qual “não se pode assegurar nunca, por serem muitos”<sup>99</sup>. De um povo hostil o príncipe deve sobretudo temer “ser abandonado por ele”<sup>100</sup>. Se o eleito o foi por vontade dos poderosos e contra a vontade popular, “deve, antes de mais nada, procurar conquistar o povo”<sup>101</sup>. Se o foi pela vontade popular, o exercício do poder “será fácil (...) uma vez que lhe tenha dado a sua proteção”<sup>102</sup>. Ficando fiel aos seus eleitores, manter-se-á facilmente amigo deles, porque estes desejam apenas não serem oprimidos. Mais: “a um príncipe é necessário ter o povo como amigo; do contrário, não terá remédio nas adversidades.”<sup>103</sup>

Restaria ainda examinar a questão da legitimidade e da eficácia de dois tipos de estado: o Papado e o Grão-Turco. Aqui as relações são bas-

---

<sup>97</sup> pp. 271, 45 e 317.

<sup>98</sup> idem, p. 46 e idem. Na edição francesa: “*tourmenter*”.

<sup>99</sup> idem, idem e p. 318.

<sup>100</sup> idem.

<sup>101</sup> pp. 272, idem, idem.

<sup>102</sup> idem.

<sup>103</sup> idem, pp. 47 e 319.

tante distintas. Lembremos as dificuldades classificatórias que tais estados apresentaram.

No caso do Papado, Maquiavel sustenta que o seu governo ou des-governo, se sustenta na antigüidade das leis da religião. Ressalta porém um dos mecanismos de sua sustentação: "antes de Alexandre, os potentados italianos, e não somente (...) potentados, mas qualquer barão ou senhor, ainda que insignificante, estimava pouco o poder temporal"<sup>104</sup> da Igreja.

Assim bastaram a *Virtù* e a Fortuna de Alexandre VI, que soube aproveitar a ocasião, de modo que o Papado saiu forte e poderoso. O problema do Papado resulta de que da "ambição dos prelados nascem as discórdias e os tumultos entre os barões."<sup>105</sup>

Quanto aos principados asiáticos, é preciso lembrar que o governo é exercido por um senhor, "dividindo o seu reino em *sandjaks*, para onde mandam diversos administradores que ele muda e varia como bem lhe parece."<sup>106</sup>

Nesse tipo de reino não há príncipes intermediários, barões ou equivalentes. Só existem escravos, e estes: "(...) mais dificilmente podem ser corrompidos, e, ainda quando se corrompessem, pouco se poderia esperar de útil deles, uma vez que não poderiam arrastar os povos consigo"<sup>107</sup>.

Como esses reinos são de alguma forma hereditários, lembre-se que, estando os habitantes acostumados à linhagem do príncipe, a legitimidade será fácil, pois a antigüidade e a continuação do domínio, aliadas à falta de liberdade, fará com que nada questionem.

Diríamos ainda sobre a legitimidade que, independente da "natureza" do domínio, a aliança com o povo contra os grandes é fundamental, salvo se o príncipe quiser deixar tudo à Fortuna.

---

<sup>104</sup> pp. 274, 51 e 322.

<sup>105</sup> pp. 274, 53 e 299.

<sup>106</sup> pp. 262, 23 e 299.

<sup>107</sup> pp. 262-263, 24 e 300.

A política possui “leis”, mas não é fatal: política e moral são incompatíveis. Guie-se, portanto, o príncipe pela *Virtù* e, se tiver que cometer crueldades, que as cometa, mas que cometa as boas maldades: ou seja, de uma maneira correta para ser eficaz. A boa maldade é dosada, na hora e no local propício: é eficaz. Senão teremos uma ineficácia total: a má maldade.

As maldades (boa/má) tem ritmos e conjunturas diferentes: um príncipe:

“(…) deve viver com seus súditos de modo que nenhum acidente, bom ou mau, o faça variar: porque vindo, com tempos adversos as necessidades, não terás tempo de fazer o mal; e o bem que fazes não te beneficia, pois julgam-no forçado, e de modo algum te agradecem.”<sup>108</sup>

Consideração importante, mormente quando o próprio Maquiavel nos avisa que “os homens julgam mais com os olhos do que com as mãos”.

A legitimidade variará nos tempos e nas ocasiões normais. A questão é de saber se o estado precisa dos súditos ou se os súditos precisam do estado. Nos tempos incertos, o príncipe não pode:

“(…) fiar-se no que vê em tempos calmos, quando os cidadãos têm necessidade do estado. Então todos correm para ele, todos prometem, e não há quem não queira morrer por ele, quando a morte esta longe; mas nos tempos adversos, quando o estado necessita dos cidadãos, encontram-se poucos”.<sup>109</sup>

Se o estrangeiro poderoso ou o inimigo interno pretende atacar-te, ele cogitará duas vezes por não ver “facilidade assaltando a quem tenha sua terra forte e não seja odiado pelo povo.”<sup>110</sup>

Lembrando ainda uma vez que o vulgo, que constitui o mundo, julga pelas aparências, Maquiavel considera a necessidade de o príncipe não ser considerado cruel e sim piedoso, desde que essa piedade seja virtuosa, eficaz. Nem sempre isso é possível. Essa possibilidade é uma determina-

---

<sup>108</sup> pp. 271, 44 e 316.

<sup>109</sup> pp. 272, 47-48 e 319-320.

<sup>110</sup> pp. 273, 49 e 320.

ção estrutural porque “entre todos os príncipes, ao príncipe novo é impossível fugir à fama de cruel, por estarem os Estados novos cheios de perigo”.<sup>111</sup> O príncipe deve destruir a antiga ordem e criar a sua. Têm, portanto, os príncipes novos que prejudicar a alguns e tentar ganhar os seus próprios apoios, que estarão ainda inseguros do poder do novo príncipe e da nova ordem.

Há, no entanto, uma diferença entre ser *cruel* e ser *temido*. Da primeira situação o imperante deve fugir sempre. Da segunda nada tem a temer. Se puder ser amado, tanto melhor; se não o conseguir, que seja pelo menos temido. Pois:

“(…) os homens hesitam menos em ofender os que se fazem amar do que os que se fazem temer, porque o amor é mantido por um vínculo de obrigação, o qual, por serem os homens pérfidos, é rompido sempre que lhes aprouver; mas o temor que se infunde é mantido pelo medo do castigo, que não te abandona nunca.”<sup>112</sup>

Tente ser amado, seja temido, mas evite ser *odiado*, “porque se pode muito bem ser ao mesmo tempo temido e não odiado, o que sucederá sempre, desde que se abstenha de roubar seus cidadãos e seus súditos e as mulheres deles”<sup>113</sup> mas lembre-se de que se tiver que reprimir, que o faça como boa maldade “quando houver justificativa conveniente e causa manifesta.”<sup>114</sup>

A legitimidade e a eficácia são determinadas também pela iniciativa do príncipe sábio:

“(…) amando os homens como eles querem e sendo por eles temido como ele quer, um príncipe sábio deve basear-se no que é seu e não no que é dos outros. Enfim, deve somente procurar evitar ser odiado”.<sup>115</sup>

---

<sup>111</sup> pp. 282, 75 e 338-339.

<sup>112</sup> pp. *idem*, 76 e 339.

<sup>113</sup> *idem*.

<sup>114</sup> *idem*.

<sup>115</sup> pp. 283, 77 e 341.

A legitimidade está indissolúvelmente ligada à economia. Ligação não apenas indissolúvel mas também multiforme. Talvez o momento mais claro dessa presença da economia esteja na análise da liberdade das cidades alemãs. O que Maquiavel irá fazer aqui é nada mais, nada menos, que um resumo de um texto anterior a *O Príncipe*: trata-se do seu *Relatório sobre as coisas da Alemanha*, datado de 1510.

Começa a descrever a situação do ponto de vista da autonomia dessas cidades em relação às demais. E o faz em termos geopolíticos:

“(...) têm pouco território, e obedecem ao imperador, quando o querem, e não temem que ele ou outro potentado as cerquem; estão fortificadas de forma que obriga a refletir que expugná-las deve ser tarefa tediosa e difícil. Todas têm ao redor valas e muros adequados, possuem artilharia suficiente”<sup>116</sup>,

por isso podem não temer os que pretendem assaltá-las.

Mas o segredo está exatamente do lado interno, na organização material, pois:

“(...) tem sempre nos celeiros públicos o que comer e beber e lenha por um ano. Além disso para que a plebe nunca sinta fome (...) tem sempre, em comum, por um ano, trabalho para dar naquelas atividades que sejam o nervo e a vida daquela cidade e das indústrias das quais a plebe se sustenta”.<sup>117</sup>

Economia como logística, mas também como produção e como “planejamento”. E uma consideração aparentemente militar: seus habitantes “estimam grandemente os exercícios militares”<sup>118</sup> e estes são regidos por leis. Aqui a economia é orçamento: se os cidadãos são soldados e não mercenários (uma vantagem a mais), não há despesas com aqueles.

Uma última intervenção sobre o “econômico”:

“Deve o príncipe mostrar-se amante da *virtù*, receber os homens virtuosos e honrar os que se revelam excelentes em alguma arte.

---

<sup>116</sup> pp. 273, 49 e 321.

<sup>117</sup> *idem*, pp 49-50, *idem*.

<sup>118</sup> *idem*, p. 50 e *idem*.

Além disso, deve animar os seus cidadãos a poderem exercer tranqüilamente as suas atividades, no comércio, na agricultura (...), de modo que (...) não temam enriquecer as suas propriedades pelo medo que lhes sejam arrebatadas, e (...) não deixem de abrir seus negócios por medo dos impostos. Deve instituir prêmios para os que quiserem fazer tais coisas e a qualquer um que pense, por qualquer maneira, ampliar a sua cidade ou o seu estado."<sup>119</sup>

"*Laissez-faire*" *avant la lettre*, moderníssima concepção da economia, Maquiavel, habitante de cidade mercantil, traça o plano do fortalecimento do Estado pelo fortalecimento de seus súditos. Curioso é que ainda hoje há quem diga que em *O Príncipe* não há uma reflexão econômica.

Esta demonstrações fazia necessária: a um só tempo "pensa" a economia (e o faz) na sua íntima e indissolúvel unidade com o "político". E não só nesses textos.

Examinando a questão da liberalidade e da parcimônia ele diz que, embora seja bom "ser considerado liberal"<sup>120</sup> – no sentido de não poupar gastos – avisa que, para que tal liberalidade seja mantida, terão que ser exigidas grandes somas e o príncipe precisará de taxar "o povo extraordinariamente, ser intransigente e fazer tudo o que se pode fazer para ter dinheiro. Isto começará a torná-lo odioso aos olhos dos súditos."<sup>121</sup>

É mais aconselhável a parcimônia pois, embora não dê ao príncipe a simpatia dos grandes, terá a do povo, pois este "vendo que a parcimônia do príncipe faz com que a sua receita lhe baste, po(ssa) defender-se de quem lhe mova guerra, e lançar-se a empreendimentos sem gravar os povos" conclui que "está sendo liberal para todos aqueles de quem nada tira, os quais são infinitos, e miserável a quem não dá, que são poucos"<sup>122</sup>

De novo o raciocínio mercantil. Coisa que ele reafirma: "um príncipe deve gastar pouco para não ter que roubar seus súditos; para poder

---

<sup>119</sup> pp. 292, 101-102 e 359.

<sup>120</sup> *idem*.

<sup>121</sup> *idem*.

<sup>122</sup> *idem, idem*, pp. 336-337.

defender-se; para não se empobrecer, contendo-se para não ser forçado a tornar-se rapace.”<sup>123</sup>

Se nas análises anteriores da questão da legitimidade (e da sua eficácia correlata) o povo desempenha um importante papel, aqui, na multi-forme relação entre economia e legitimidade, a relação entre príncipe e povo dá a este último a qualidade de juiz da questão.

Descrevendo o estado de prostração em que se encontra a Itália, diz Maquiavel:

“Isso nasce das antigas leis que não eram boas e que não houve ninguém que tivesse sabido encontrar outras; e nunca coisa nenhuma deu tanta honra ao governante novo como as novas leis e regulamentos encontrados por ele.”<sup>124</sup>

Observemos bem a frase (ou melhor, para sermos mais rigorosos, a tese). Vamos dividi-la em proposições para melhor captarmos sua riqueza de significados: a) “nasce das antigas leis”; b) “as antigas leis não eram boas”; c) “não houve ninguém que tivesse sabido encontrar outras” e d) “nunca coisa (...) deu tanta honra (...) como as novas leis (...)”.

Esta frase tem para nós dois significados básicos: o primeiro deles é enunciar uma importante relação – ineficácia das leis / caos / necessidade de reformulação / eficácia das novas leis – e o segundo, a demonstração da existência de novos problemas, donde a possibilidade de encaminhar soluções, tudo isso aliado a uma clara visão de causalidade.

Um ganho extra: ela responde/localiza várias interpretações “equivocadas” da obra do florentino. A causa da situação italiana não reside (pelo menos não unicamente) na “natureza” dos príncipes (na sua ineficácia, na sua corrupção, etc.), mas passa pelas “antigas leis”.

Caminhemos devagar, pois o terreno é fértil. Poderíamos supor que foram os *príncipes* que fizeram as *leis más*. Certo. Mas poderíamos supor justo o contrário. E em uma terceira hipótese poderíamos supor que *príncipes e leis*, formam um todo corrupto e ineficaz. Qualquer que fosse nossa

---

<sup>123</sup> *idem*, pp. 72 e 337.

<sup>124</sup> pp. 297, 114 e 369.

resposta, teríamos um novo ganho extra: as leis são “criadas”, “feitas”, “refeitas”, pelos homens, não sendo assim “naturais”.

Sigamos, no entanto, com nossa reflexão. Optamos pela terceira hipótese. As leis e os príncipes vivem a sua existência no campo da fortuna e da *Virtù*. Assim compreendida, vemos que a famosa autonomia (ou como alguns preferem: o absolutismo) do príncipe é muito relativa. Qualquer que seja o príncipe, ele se move no quadro institucional, que lhe dá maior ou menor liberdade, mas que lhe recusa a liberdade total: lembremos da Fortuna.

Continuemos o raciocínio, o diagnóstico: “as antigas leis não eram boas”. Se as leis são produtos e produtoras dos príncipes, elas também são produtoras e produtos das relações entre príncipes/grandes/povo. Podemos então dizer que são produtos e produtoras das alianças políticas e, portanto, da legitimidade e da eficácia.

Se essas leis não eram boas, urge mudá-las. Novo problema se coloca: “não houve ninguém que tivesse sabido encontrar outras”. Por que? Ocorrem-nos algumas idéias sobre isso. Enumeremos: a) nenhum príncipe foi virtuoso; b) nenhum príncipe foi afortunado; c) nenhum príncipe conseguiu unir *fortuna e virtù*; d) os conquistadores tiveram que fazer novas leis; e) criar novas leis = criar nova ordem; f) criar nova ordem = perigo: ninguém se sente satisfeito; e g) não houve concordância entre o “modo de agir” do príncipe e as “particularidades do tempo”.

Examinemos as conexões, includentes e/ou excludentes, destas idéias. De saída eliminemos os itens *a*, *b* e *c*. A idéia *d* faria com que Maquiavel se detivesse e cogitasse gravemente: aí está o problema, importantíssimo, e que suscitará outro, tão ou mais importante: a criação da nova ordem.

Uma nova ordem significa desorganizar uma “situação de poder”, uma “natureza”, uma “ordem”; significa que, concomitantemente, se trata de “encontrar”, isto é, organizar uma nova ordem. Criar um novo poder; praticar novas alianças e, mais do que isso, trata-se de saber se o príncipe novo, criador desse novo poder, dessa nova ordem, conseguirá ou não unir fortuna e *virtù*, de sorte que o seu “modo de agir” esteja de acordo com as “particularidades do tempo” e, sobretudo, se tem ou não milícia

própria para dar aos novos beneficiários confiança suficiente no novo poder, e aos outros, os “prejudicados”, temor suficiente para que não conspirarem, e, se necessário, reduzi-los totalmente à importância.

O príncipe que possui *Virtù* pode minimizar os efeitos da fortuna; pode adequar-se às particularidades do tempo (conjuntura); pode fazer as boas alianças, isto é, as eficazes; pode desorganizar os *antigos poderosos* e fortalecer os *antigos fracos*, submetendo-os todavia à sua direção e controle; pode criar uma “nova ordem”, pois apesar dos perigos, ele tratará de controlar o controlável, localizar os perigos localizáveis e anular os anuláveis.

Pode então, em suma, mudar “as antigas leis que não eram boas”. Tal príncipe poderá “encontrar” outras leis, que deverão ser boas, ou, pelo menos, melhores. E “com as novas leis e regulamentos” que elaborar terá “tanta honra” quanto possível a um príncipe novo.

Queira-o ou não, o príncipe (mantendo uma ordem corrupta ou criando uma nova ordem), está diante de um problema crucial: todo poder, todo domínio, supõe uma *ordem*, isto é, *um conjunto articulado de tradições, leis, armas e alianças*. Essa articulação não é aleatória. A “ordem” passa pelo interior das alianças, as quais definem as leis e as armas, pois a tradição já está dada desde muito antes.

Sobre as armas falaremos mais tarde. Examinemos agora as leis. Coloquemo-nos de acordo sobre uma questão fundamental: a lei a que estamos nos referindo não é a lei moderna, a do direito positivo. Ela decorre da maior ou menor preponderância do príncipe sobre os grandes e o povo; depende da maior ou menor liberdade da população; enfim, das tradições, da antiga “organização do poder”, etc.

Retomemos a análise de Maquiavel: é preciso destruir as “antigas leis que não eram boas”, mas, e sobretudo, saber “encontrar outras”. Eis o problema central do principado novo, o núcleo fundamental da reflexão de Maquiavel.

No reino de França, existem “infinitas constituições boas”.<sup>125</sup> Quais seriam?

---

<sup>125</sup> pp. 285, 85 e 346.

"(...) a primeira é o parlamento e sua autoridade, pois quem ordenou aquele reino, conhecendo a ambição dos poderosos e sua insolência, e julgando necessário pôr-lhes um freio à boca para corrigi-los, e por outro, conhecendo o ódio do povo contra os grandes, motivado pelo medo, e querendo protegê-los, não permitiu que essa tarefa ficasse a cargo do rei, para desculpá-lo da acusação dos grandes quando favorecesse o povo, e do povo quando favorecesse os poderosos"<sup>126</sup>

Cria assim um órgão capaz de, "sem impopularidade para o rei (,) diminui(r) os grandes e favorece(r) os menores."<sup>127</sup> Curioso exemplo, pois se aproxima mais da vida republicana que da monárquica. Criando um tribunal para castigar, mas resguardando-se o direito da "graça", o príncipe pode conter os grupos nos seus devidos lugares. Ai estão as boas instituições, isto é, as eficazes, capazes de sustentarem uma nova ordem desde que se tenha em mente que "não podem existir boas leis aí onde não há armas boas, e onde há armas boas convém que existam boas leis"<sup>128</sup>.

---

<sup>126</sup> pp. 285-286, *idem e idem*.

<sup>127</sup> p. 286, *idem e idem*.

<sup>128</sup> pp. 275, 55 e 324.

## CAPÍTULO 4:

### A Unidade Italiana... o X do problema

Se olharmos para a pequena-imensa obra de Maquiavel, somos chocados por um curioso estilo em que, por vezes, as soluções são colocadas antes que formalmente o problema o tenha sido; e que no corpo do texto cada coisa tem o seu lugar exato; e que só ao final, quando todos os problemas estão devidamente colocados, é que podemos ver que a solução fora colocada anteriormente.

O raciocínio ordena o processo de tal modo que, embora apareça como lógico, jamais aparece como fatal, salvo para aqueles que vem (lê-em) o livro como uma receita.

O problema parece agora mais claro. O construtor da nova ordem enfrentará duas esferas de problemas: a resistência dos antigos poderosos e a passividade dos novos beneficiados. A força dos prejudicados e a fraqueza dos beneficiados gera condutas opostas, pressões e apoios distintos: se os "inimigos têm ocasião de assaltar, fazem-no sectariamente"<sup>129</sup>, pois, sabem o que querem, o que tinham e o que perderam. Quanto aos novos beneficiários, incrédulos, pois os homens "não acreditam na verdade das coisas se não nascem de uma firme experiência" e, por isso, em relação ao príncipe inovador, eles "o defendem timidamente", e periclita a defesa do próprio beneficiador.

Detenhamos diante disto: os homens são constitutivamente incrédulos? faz parte de algum determinismo social esta afirmação? Não. Nem determinismo, nem elemento constitutivo: apenas a *verità effettuale*. Claro

---

<sup>129</sup> pp. 265, 30 e 305.

que em uma Itália talhada e retalhada, marcada e demarcada, pelos poderosos de dentro e de fora, só os principados hereditários – e assim mesmo os de maior longevidade – podem garantir uma continuidade na “ordem das coisas”. Se os “pequenos” estão acostumados com a opressão dos “grandes” e estes com a passividade daqueles, como esperar que de repente surja uma nova ordem, e que nessa ordem os novos beneficiários acreditem nela, de imediato, e morram em sua defesa?

A “natureza dos povos, varia, sendo fácil persuadi-los de uma coisa, mas difícil firmá-los na persuasão.”<sup>130</sup> E assim o príncipe, ainda que convencesse os hesitantes “novos adeptos”, estes estariam sempre na espera do que fariam os outrora poderosos. Estes, se vencerem, não apenas farão voltar o curso da história, isto é, restaurar a “antiga ordem das coisas”, como também punirão os ousados adeptos do derrotado. Daí a “incredulidade”.

Tomemos um pouco mais de fôlego: Maquiavel está nos mostrando, agora, que a *lei*, base da *ordem*, é o lugar do poder. Não é uma vaga “ordem” que interessa aos homens, mas leis *particulares, específicas*. As que definem as perdas e os lucros; as que determinam o exercício ou a exclusão do poder. As *leis* precisam ser *testadas* por “*uma firme experiência*” para que seja vista a *verdade das coisas*.

A condição do príncipe novo é, em última instância, a força. Façamos-nos claros: a *ultima ratio*, e não a primeira. Não o seu uso indiscriminado mas, pelo contrário, seu uso seletivo, *virtuoso*.

A lei prejudica/beneficia, organiza/desorganiza, enfim regula a luta, regulando as alianças. A *Virtù*, aqui fundamental. Se a lei é o lugar privilegiado da luta, se a luta é o momento do domínio, se o domínio é o conflito e suas relações, ou seja, o poder, a *Virtù* reprimindo ao máximo a fortuna (sem todavia anulá-la totalmente) é condição de eficácia.

As leis e as armas são, portanto, a condição da eficácia, da legitimidade, do poder.

---

<sup>130</sup> *idem*, p. 31 e *idem*.

A questão da legitimidade e sua relação com as forças armadas será tratada à parte, quando examinarmos a questão da necessidade do exército nacional. Examinaremos agora a questão da legitimidade ligada à escolha dos auxiliares.

Os riscos dos principados civis, eleitos pela vontade dos seus cidadãos, se prende ao fato de que, ou o príncipe governa diretamente ou, delega poderes à magistratura.

Se assim procede – se delega poderes – dependerá da lealdade e da vontade dos magistrados, principalmente em tempos difíceis:

“E o príncipe não terá tempo, nos perigos, de reconquistar a autoridade absoluta, porque os cidadãos e os súditos, habituados a seguir as ordens dos magistrados, não estão, naquela emergência, para obedecer à sua.”<sup>131</sup>

O príncipe para manter o seu domínio, o seu poder deve, portanto, fazer com que os cidadãos dependam mais do estado do que este daqueles: “um príncipe prudente deve pensar uma maneira pela qual os cidadãos, sempre e em qualquer tipo de tempo, tenham necessidade do estado e dele”.<sup>132</sup>

Consideremos agora a interveniência de questões como, p. ex., “evitar ser odiado”, “o papel das fortalezas” e da “estima”. Dos perigos de ser odiado pelos súditos, diz Maquiavel, que “quando as questões externas estão em calma, deve recear-se que conspirem secretamente, perigo de que o príncipe se afasta se não se tornou odiado ou desprezado, e estando o povo satisfeito com ele.”<sup>133</sup>

Se ele não é odiado, diminui o perigo da conspiração, pois esta se apresenta sempre como libertadora, como quem “vai satisfazer o povo.”<sup>134</sup> E a conspiração é sempre perigosa, especialmente para o conspirador, pois da sua parte:

---

<sup>131</sup> pp. 272, 47 e 319.

<sup>132</sup> pp. 272, 48 e 320.

<sup>133</sup> pp. 285, 84 e 344.

<sup>134</sup> *idem*.

“(…) não há senão medo, inveja e a suspeição da punição que o atormenta; por parte do príncipe existe a majestade do principado, as leis, a defesa dos amigos e do estado que o resguardam: de tal modo que, se acrescentam a tudo isso a estima popular, impossível que alguém seja tão temerário para conspirar.”<sup>135</sup>

E se alguém chegar a sê-lo, tende a fracassar, pois terá que conspirar com alguém que sempre o poderá denunciar. Amado pelo povo, o príncipe pouco deve temer, mas se o povo é seu inimigo e o odeia, então corre sérios riscos. Lembre-se o príncipe que embora seja virtuoso e tenha fortuna não está, nunca, livre do perigo.

Deve o príncipe novo desarmar seus súditos? Não, não deve. Aliás “sempre que os encontrou desarmados, armou-os.”<sup>136</sup> Todo o problema reside em quem deve ser armado: “uma vez que beneficies àqueles a quem armas, podes agir mais seguramente em relação aos outros.”<sup>137</sup> Desarmar os súditos “criará o ódio contra ti” ou porque revelas desconfiança em relação a eles, ou porque parecerás covarde: “um novo príncipe, num principado novo, sempre *organi(za) as armas*”<sup>138</sup> e o faz para defender-se. Se conquistas outro estado desarmes os que te combateram; aos que te ajudaram deixa-os armados e faz com que suas armas passem a ser tuas. E não pense o príncipe que construir fortalezas o pode ajudar muito. Militarmente, elas serão de pouca valia: o inimigo pode flanqueá-las e atacar o teu território. Elas apenas “servem”, e aparentemente, ao “príncipe que tem mais medo dos povos do que dos estrangeiros”.<sup>139</sup> E aos príncipes que forem odiados pelo seu povo as fortalezas “não (...) salvam, pois não faltam nunca aos povos rebelados estrangeiros que os socorram.”<sup>140</sup> Foi o que aconteceu com a condessa de Forli bem fortificada, coisa de pouco proveito, pois quando o Valentino “lhe assaltou o estado (...) o povo, inimigo da-

---

<sup>135</sup> *idem*, pp. 85 e 345-346.

<sup>136</sup> pp. 289, 93 e 353.

<sup>137</sup> *idem*.

<sup>138</sup> *idem*, p. 194 e *idem*. Grifo nosso.

<sup>139</sup> pp. 291, 96 e 355.

<sup>140</sup> *idem*, *idem* e p. 356.

quela, se juntou ao forasteiro.”<sup>141</sup> Donde, sabiamente, conclui o florentino que: em paz, as fortalezas – “protegendo” o príncipe do seu povo – acabam por torná-lo insolente, e, tanto na guerra quanto na paz, “a melhor fortaleza que existe é não ser odiado pelo povo”.<sup>142</sup>

Ultimíssimas considerações sobre a legitimidade. Maquiavel se pergunta porque os príncipes da Itália perderam os seus estados, e descobre que alguns os perderam por “um defeito comum quanto às armas.”<sup>143</sup> – veremos a questão das armas mais adiante. Alguns dos príncipes:

“(…) tiveram o povo como inimigo ou, se tiveram o povo como amigo, não souberam proteger-se dos grandes: porque sem estes defeitos não se perdem estados fortes que possam ter um exército em campanha.”<sup>144</sup>

Maquiavel exorta então: livrem a Itália da mão dos bárbaros. Para ele, a Itália “se acha pronta e disposta a seguir uma bandeira, uma vez que haja quem a levante.”<sup>145</sup> A história peninsular está sempre muito tumultuada, muitas “revoluções”, e parece que o espírito militar morreu:

“Isso nasce de que as antigas leis não eram boas e não houve ninguém que tivesse sabido encontrar outras; e nunca coisa nenhuma deu tanta honra a um homem que surja com as novas leis e regulamentos encontradas por ele.”<sup>146</sup>

Embora haja aí muito perigo. E não se diga que a culpa cabe ao povo, pois dele “é grande a *Virtù* senão “faltassem os chefes.”<sup>147</sup>

O Maquiavel conhecido por nós é basicamente o autor de *O Príncipe*. E isto é também uma indicação do nosso desconhecimento. É Rousseau quem nos diz, no seu *Du Contrat Social ou Principes du Droit Politique*, que

---

<sup>141</sup> *idem*.

<sup>142</sup> *idem*.

<sup>143</sup> pp. 294, 107 e 363.

<sup>144</sup> *idem*.

<sup>145</sup> pp. 297, 114 e 368.

<sup>146</sup> *idem, idem* e pp. 369.

<sup>147</sup> *idem*, pp. 114-115 e *idem*.

“Maquiavel era um homem honesto e um bom cidadão”. E que a oposição feita aos seus livros – *O Príncipe*, os *Discursos sobre Tito Lívio* e *História de Florença* – “demonstra que esse político profundo só teve até, hoje leitores superficiais ou corrompidos”. Conclui: “Fingindo dar lições aos reis, deu-as, excelentes, aos povos. *O Príncipe* de Maquiavel é o livro dos republicanos”.<sup>148</sup>

Para a imensa maioria dos nossos contemporâneos, tais frases soam, como erradas, absurdas. Ele não é afinal o teórico do absolutismo? Se assim é e se o é a qualquer preço, como pode então ser o teórico da república, da participação popular?

Examinando esse problema do ponto de vista da unidade italiana (o problema prático-teórico máximo do florentino) fica claro que é indissolúvel a relação príncipe-povo postulada por Maquiavel.

A concretização da unidade italiana se vê obstaculizada, segundo ele, pela presença de uma grande diversidade de forças: os estados papais, as potências europeias no solo peninsular (França, Espanha, o Imperador da Alemanha), a fragmentação política dos feudos, a presença das cidades mercantis, etc... O quadro, verdadeiramente caleidoscópico, torna extremamente difícil o estabelecimento de uma hegemonia sobre toda a península. Caleidoscópico político que Maquiavel demonstra, pacientemente, durante o decorrer da sua exposição.

Além disso, temos que levar em consideração a luta entre os senhores feudais como, p. ex. as que foram travadas pelo Duque de Ferrara contra os venezianos (1484) e contra o Papa Júlio (1510). A luta deles contra seus súditos: ou porque inovaram; ou porque não souberam calcular os efeitos dos seus atos; ou porque não conseguiram legitimidade; ou porque fizeram governar os seus Estados por magistrados que acabaram por roubar a autoridade deles; ou porque “mais espoliavam do que governavam seus súditos”.

Tem mais: a presença de estrangeiros poderosos na península se deve, quase sempre, ao pedido dos próprios súditos rebelados, quando não da própria vontade daqueles de conquistar. E: “a ordem das coisas é

---

<sup>148</sup> *Op. cit.*, Livro III, Cap. VI, Éditions Garnier, Paris, 1954, p. 284.

tal que, logo que um estrangeiro poderoso chegue a uma província, todos aqueles que nelas são menos poderosos lhes dêem adesão, movidos pela inveja<sup>149</sup> de quem é o seu senhor. O chamamento ao monarca do exterior é uma constante: “O Rei Luís foi levado à Itália pela ambição dos venezianos, que quiseram, por esse meio, ganhar o Estado da Lombardia.”<sup>150</sup> Tendo o rei Luís sido vitorioso:

“Gênova cedeu, os florentinos tornaram-se seus amigos, o marquês de Mantua, o duque de Ferrara, Bentivoglio, a senhora de Forli, o senhor de Faenza, de Pesaro, de Rimini, de Camerino, de Piombino, os luqueses, os pisões e saneses – todos lhe foram ao encontro para serem seus amigos. Os venezianos puderam então considerar a temeridade da própria resolução, pois para ganhar dois tratos de terra, na Lombardia, fizeram o rei senhor do terço da Itália<sup>151</sup>;

e esse mesmo rei Luís “por querer o reino de Nápoles, dividiu-o com o rei da Espanha.”<sup>152</sup>

A presença do Papado nem sempre foi vista como instituição forte, poderosa. E como o Papado fora, durante muito tempo, fraco, os outros senhores se descuidaram até, que surgiu Alexandre VI, que “demonstrou como um papa com o dinheiro e com as forças, podia valer-se do duque Valentino como instrumento.”<sup>153</sup> Sucede-lhe o Papa Júlio, que encontrou:

“(...) a Igreja forte, tendo toda a Romanha, (...) extinguidos os barões de Roma e, anuladas as facções pelas investidas de Alexandre, encontrou ainda o caminho aberto para acumular dinheiro, o que nunca fora feito antes de Alexandre. (...) pensou (então) em conquistar Bolonha, liquidar os venezianos e expulsar os franceses da Itália, e teve êxito em todas essas empresas.”<sup>154</sup>

---

<sup>149</sup> pp. 260, 17-18 e 294.

<sup>150</sup> pp. 261, 19 e 296.

<sup>151</sup> pp. 261, *idem e idem*.

<sup>152</sup> *idem*, pp. 20 e 297.

<sup>153</sup> pp. 274, 52 e 323.

<sup>154</sup> *idem, idem e pp.* 323-324.

Restaria finalmente falar das cidades mercantis, às quais se refere durante todo o livro. As lutas (comerciais e militares) dessas cidades complicavam ainda mais o cenário. Vejamos o caso de Veneza:

“Se se consideram os progressos dos venezianos, ver-se-á que operaram segura e gloriosamente, enquanto eles mesmos fizeram a guerra (o que se deu antes de sua atenção voltar-se para a conquista em terra firme). Aí, com o auxílio de gentis-homens e com a plebe armada, operaram virtuosamente, mas quando começaram a combater em terra, deixaram essa *Virtù* e seguiram os costumes das guerras da Itália.”<sup>155</sup>

Ao fazerem-no começaram sua própria ruína: “como aconteceu em Vailá, onde, em um só dia, perderam o que, em oitocentos anos, à custa de tanto trabalho, haviam conquistado.”<sup>156</sup>

Lutas, portanto, entre senhores feudais (grandes e/ou pequenos), uns contra os outros, contra seus súditos, contra a Igreja, contra as cidades mercantis, contra e/ou a favor dos estrangeiros. Lutas da Igreja e das cidades mercantis:

“(...) e tendo o papa maior autoridade no poder temporal, o país foi retalhado em mais estados; porque muitas das grandes cidades tomaram armas contra a nobreza que, antes favorecida pelo Imperador<sup>157</sup>, as tinha oprimido. E a Igreja as favorecia para aumentar o seu poder temporal. Em muitas cidades os seus cidadãos se tornaram príncipes. O resultado é que, tendo a Itália ficado quase toda em poder da Igreja e de algumas repúblicas, e os padres e os cidadãos destas não estando habituados a manejar armas, começaram a aliciar mercenários estrangeiros.”<sup>158</sup>

Difícilimo nesse quadro obter qualquer hegemonia e muito menos a unidade.

---

<sup>155</sup> pp. 276, 57 e 327.

<sup>156</sup> *idem*, p. 137 e *idem*.

<sup>157</sup> da Alemanha.

<sup>158</sup> *idem*, *idem* e p. 328.

Para Maquiavel, só se poderia falar em unidade se fosse possível constituir uma *consciência nacional italiana*. Ela seria uma criação a ser realizada pela concomitante constituição do *estado italiano*. Consciência e estado que só poderiam aparecer pela liquidação do particularismo. A luta contra os elementos que impedem tal unidade só pode ser feita pela constituição de um exército nacional conduzido por um poder político. O príncipe, *condottieri ideologizado*, o elemento capaz de *articular o povo sob a forma de exército nacional*. Dai a importância da análise das “milícias”.

Maquiavel diz que um príncipe ou se mantém por si mesmo, desde que necessitando, “possa, por abundância de homens ou de dinheiro, formar um exército forte”<sup>159</sup>; ou precisa da ajuda de outrém, dos “que não podem enfrentar o inimigo em campo aberto, precisando se refugiar por detrás dos muros da cidade e defendê-la.”<sup>160</sup> E quem se tenha conduzido bem “com relação aos súditos (...) será sempre atacado com hesitação”, pois é difícil atacar e vencer a quem tem “uma terra forte e não é odiado pelo povo”.

Essa situação é mais crucial no caso dos inovadores. Estes, ou “agem por si próprios”, ou “dependem de outrém”. Neste caso, “para conduzir sua obra precisam de rogar, ou verdadeiramente podem forçar”.<sup>161</sup> É o caso de lembrar a metáfora dos profetas: “os profetas armados” – os que podem forçar – “venceram”, enquanto os “desarmados” – os que só podem rogar – “fracassaram”.

A tese do exército nacional não é, portanto, algo que vem de fora, não é uma entre outras: ela aparece rigorosamente deduzida da análise das formas possíveis de exércitos, de seus problemas, seus defeitos e suas vantagens. A colocação do problema é clara, isto é, trata-se de ver sobre que bases o príncipe vai construir ou manter o seu poder: as leis e as armas.

Quanto às armas: são próprias, mercenárias, auxiliares, ou mistas. Maquiavel – e ele o demonstra continuamente – diz que as armas mercenárias e auxiliares “são inúteis e perigosas”. César Bórgia, p. ex., temendo a falha das tropas dos Orsini, mercenárias, decidiu depender apenas das

---

<sup>159</sup> pp. 272, 49 e 328.

<sup>160</sup> *idem*.

<sup>161</sup> pp. 268, 31 e 305.

suas armas e da sua Fortuna, tratando depois de enfraquecer os Orsini e os Colonna, facções rivais, atraindo-lhes os gentis-homens, tornando-os seus:

“(…) e lhes dando grandes provisões, e honrou-os, segundo suas qualidades, com postos de comando e de governo, de modo que, em poucos meses, a afeição que tinham pelos partidos se extinguiu completamente, passando toda para o duque”.<sup>162</sup>

Após isso, ele liquidou os Orsini e os Colonna. Conquistou a Romagna, a qual estava “sujeita a fracos senhores que mais espoliavam que governavam seus súditos”. Deu-lhe então “bom governo”, isto é, disciplinou-a. Além disso, dissolveu a milícia infiel e criou uma outra.

Quem:

“(…) tiver o seu estado apoiado sobre armas mercenárias, não estará nunca firme, nem seguro, porque são desunidas, ambiciosas, sem disciplina, infiéis, insolentes para com os amigos, covardes perante os inimigos, não temem a Deus, nem dão fé aos homens, (...) na paz se é espoliado por elas, na guerra, pelos inimigos. A razão disso é que não tem outro amor nem outra razão que as mantenham em campo, senão uma pequena paga, o que não basta para fazer com que morram por ti”.<sup>163</sup>

Segue-se logo a demonstração com o que sucedeu com Felipe da Macedônia, Muzio Sforza, seu filho Francisco, etc.

“Estas tropas dão apenas lentas, tardias e precárias conquistas, mas rápidas e espantosas perdas”.<sup>164</sup> Relembremos o caso de Veneza, há pouco citado. Ainda mais: quando a Itália foi atacada por estrangeiros (por Carlos VIII, Luís XII, Fernando de Aragão, etc.), que fizeram os *condottieri*? Trataram de diminuir a influência da infantaria, de afastar “de si e dos soldados, o medo e a fadiga”<sup>165</sup> evitando sempre o perigo e, assim procedendo, “escravizaram e infamaram a Itália”.<sup>166</sup>

---

<sup>162</sup> pp. 267, 35 e 309.

<sup>163</sup> pp. 275, 55 e 326.

<sup>164</sup> pp. 276, 58 e 327.

<sup>165</sup> pp. 277, 59 e 328.

<sup>166</sup> *idem*.

Quanto às auxiliares, podem ser úteis. Mas quase nunca beneficiam a quem as solicita, “pois, se perderem, estarás anulado, se vencerem estarás seu prisioneiro”.<sup>167</sup> E que se lembre que o:

“Imperador de Constantinopla, para opor-se aos seus vizinhos, pôs dez mil turcos na Grécia, os quais, terminada a guerra, não mais quiseram partir, o que foi o começo da servidão da Grécia aos infiéis”.<sup>168</sup>

São, portanto, mais perigosas que as mercenárias, pois:

“(...) são unidas e votadas inteiramente à obediência a outros. Mas as mercenárias, depois da vitória, precisam de mais tempo e de melhor oportunidade para ofender-te, pois não constituem um corpo perfeitamente unido e, além disso, foram organizadas e são pagas por ti”.<sup>169</sup>

Em suma, “nas tropas mercenárias o que é perigoso é a covardia; nas auxiliares, a *Virtù*”.<sup>170</sup> Se lembrarmos que essas tropas auxiliares podem ser, e freqüentemente o são, tropas de outro príncipe, a advertência de Maquiavel ganha ainda mais força. Sobre as auxiliares reveja-se a ação do Valentino, e verifique-se que sua fama aumentou “e nunca foi tão estimado como quando se viu que ele era senhor absoluto de suas tropas”.<sup>171</sup>

As melhores milícias são, fora de qualquer dúvida, as próprias: compostas por cidadãos, súditos ou servos. Veja-se o exemplo de Veneza que apenas com os seus nobres e a plebe armada realizou prodígios, mas quando resolveu usar os mercenários perdeu “em um só dia” o trabalho de oito séculos. As milícias próprias necessitam comando próprio: de um príncipe cujo objetivo seja “a guerra, o seu regulamento e sua disciplina, porque essa é a arte que se espera de quem comanda”.<sup>172</sup> Deve sempre preocupar-se com essa arte e praticá-la na paz, deve:

---

<sup>167</sup> *idem* e pp. 61 e 329.

<sup>168</sup> pp. 277, 61-62, *idem*.

<sup>169</sup> *idem*, pp. 62 e 329-330.

<sup>170</sup> *idem*, *idem* e p. 330.

<sup>171</sup> p. 278, *idem* e *idem*.

<sup>172</sup> *idem*, pp. 65 e 332.

“(...) habituar o corpo aos incômodos naturais da vida em campanha e aprender a natureza dos lugares, saber como surgem os montes, como afundam os vales, como jazem as planícies; e saber da natureza dos rios e dos pântanos”<sup>173</sup>,

enfim ser um estrategista. E mais: “ler as histórias e considerar as ações dos homens excelentes, (...) examinar as razões de suas vitórias e derrotas”.<sup>174</sup> Enfim ser virtuoso. *Ser um Condottieri ideologizado*.

Sua presença, necessária à Itália, é comparada a Moisés, Ciro e Teuseu, aqueles que souberam unir *Fortuna* e *Virtù*. Essa seria a situação daquele que tivesse a vontade de livrar a Itália, pois:

“(...) querendo-se conhecer a *Virtù* de um espírito italiano, era necessário que a Itália se reduzisse ao ponto em que se encontra agora (...) sem chefe, sem ordem, batida, espoliada, invadida, e que houvesse, enfim suportado toda sorte de ruínas”.<sup>175</sup>

Que venha o redentor... mas terrestre, e não divino. Não um *profeta desarmado*, mas um *feroce condottieri*, um *condottieri virtuoso*. Que saiba, que perceba, que a Itália “se acha pronta e disposta a seguir uma bandeira, uma vez que haja quem a levante”. Pois como disse Tito Lívio: “É justa a guerra, para aqueles aos quais é necessária, e sagradas as armas quando nelas reside a única esperança”<sup>176</sup>. Que ele venha, e que arme seus súditos e que saiba armá-los.

Maquiavel considera a situação italiana gravíssima, necessitando de uma solução radical. Trata-se, portanto, de pôr mãos à obra. De estabelecer as *verdadeiras* alianças, isto é, as *eficazes*. No interior (com o povo) e no exterior. É preciso que o príncipe seja de fato virtuoso e saiba escolher quem é o verdadeiro amigo:

“(...) porque se dois poderosos vizinhos teus começam a lutar, ou são de qualidade que, vencendo um deles, tenhas a temer o vencedor ou não. Em qualquer desses casos ser-te-á mais útil descobrir-te e fazer a boa guerra, porque no primeiro caso, senão te

---

<sup>173</sup> pp. 279, 66 e 333.

<sup>174</sup> *idem, idem* e p. 334.

<sup>175</sup> pp. 297, 113 e 368.

<sup>176</sup> *idem*, p. 114 e *idem*.

descobrires, serás sempre presa de quem vencer, com prazer e satisfação daquele que foi vencido, e não tens razão nenhuma em tua defesa, nem quem te acolha. Porque quem vence não quer amigos suspeitos e quem não ajuda na adversidade; quem perde não te aceitará porque não quiseste, com armas na mão, correr a mesma sorte”.<sup>177</sup>

Na outra hipótese:

“(…) quando os combatentes são de qualidade tal que não tenhas de temer quem vença, tanto mais prudente é aderir; porque assim provocarás a ruína de um com o auxílio de quem o deveria salvar, se fosse sábio, e vencendo tu, o teu aliado ficará à tua discrição e é impossível que não vença sem a tua ajuda”.<sup>178</sup>

No entanto, o grande aliado é o interno, é o povo. E Maquiavel mostra como, garantindo a paz interna e permitindo o livre desenvolvimento de todas as atividades, não sendo rapace, não o saqueando, o terás do teu lado. O príncipe deve usar, pois, tropas próprias e valorosas (“não existem outras mais fiéis, mais verdadeiros e melhores soldados. E embora cada um deles seja bom, todos juntos tornar-se-ão melhores, quando se virem comandados pelo seu príncipe e por ele honrados e bem tratados”<sup>179</sup>).

*A dificuldade maior é a de que o povo italiano ainda não existia.* O que existia era a plebe, e no máximo o servo. *Povo implica a idéia de cidadania.* A transformação da plebe e dos servos em povo, criação histórica radical para o tempo, só pode ser pensada como articulação de elementos dispersos. Portanto, a figura do chefe não é uma idéia preconcebidamente absolutista. A idéia do Príncipe, criador-organizador do povo e do Estado, decorre logicamente da desarticulação, da inexistência desse próprio povo e desse próprio Estado.

É necessário criar o povo, a nação, para que se possa criar o Estado. A criação do estado pela articulação príncipe-povo instrumentalizada

---

<sup>177</sup> pp. 291-292, 100 e 357.

<sup>178</sup> pp. 292, 101 e 358.

<sup>179</sup> pp. 298, 115 e 370.

pela instituição política, secundariamente militar, do exército, se faz pela articulação de interesses comuns: liquidação do invasor e dos senhores feudais.

*A unidade italiana se faz, em termos práticos, pela libertação do território peninsular. Essa libertação será feita por um exército nacional. Exército político e popular. Exército criador da cidadania e, ao mesmo tempo, do território nacional. O projeto de Maquiavel é, portanto, singularmente rico, pois implica concomitantemente a criação de um povo, uma consciência nacional, um estado e um instrumento específico para realizar essa criação (o exército). A figura do Príncipe é, pois, o correlato absolutamente necessário de tais premissas.*

A criação desse exército significa a incorporação da plebe e do servo, o que, por seu turno, significa a liquidação prática das relações feudais. Deixam de ser plebe e servo para serem cidadãos. Cidadãos-soldados, tal como na velha Roma. Cidadão-soldado, povo italiano. O exército passa a ser então, ao mesmo tempo, criador e reproduzidor dessa consciência nacional. A nação é então “produzida” pelo Estado e este próprio produzido por aquela. Não é, portanto, um processo natural, evolutivo. Trata-se de uma intervenção humana, criadora. A história é, então, artificial e contra isso todos os poderes e os saberes anteriores e contemporâneos se rebelaram.

E, afinal, *contra quem*, *contra que poder*, se faz essa criação do povo-cidadania-liberdade-unidade? Basicamente contra os interesses feudais. *Com quem*, *com que poderes*, *e como se faz?* Com o povo e a mobilização ideológica do povo. Trata-se, portanto, de uma articulação-mobilização do povo. Se Maquiavel percebeu os limites últimos do seu projeto, não sabemos; mas levadas coerentemente à prática, suas idéias teriam resultados próximos ao descrito, quanto a isso não temos qualquer dúvida.

Esse projeto (tanto no limite máximo, quanto no mínimo) seria particularmente contraditório em relação aos desejos e aos interesses de um teórico absolutista, caso Maquiavel fosse o teórico absolutista que tanto proclamam.

NOME: \_\_\_\_\_

Name: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Address: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

RECEBEMOS: \_\_\_\_\_

We have received: \_\_\_\_\_

FALTA-NOS: \_\_\_\_\_

We are lacking: \_\_\_\_\_

ENVIAMOS EM PERMUTA: \_\_\_\_\_

We are sending in exchange: \_\_\_\_\_

DATA: \_\_\_\_\_

Date: \_\_\_\_\_

ASSINATURA: \_\_\_\_\_

**A NÃO DEVOLUÇÃO DESTE IMPLICARÁ NA SUSPENSÃO DA  
REMESSA**

Non-acknowledgement of receipt will indicate that further publications are not wanted.

À

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - IFCH  
**SETOR DE PUBLICAÇÕES**

Cidade Universitária "Zeferino Vaz"

Caixa Postal 6.110

13081-970 - Campinas - São Paulo - Brasil

Tel.: (019) 788.1604 / 788 1603

Telefax (019) 788 1589